UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

VANESSA DA COSTA GOMES

Diagnóstico e mapeamento de uma unidade educacional em
área de vulnerabilidade social.

RIBEIRÃO PRETO
2019

VANESSA DA COSTA GOMES

Diagnóstico e mapeamento de uma unidade educacional em
área de vulnerabilidade social.

Tese apresentada à Escola de Enfermagem de
Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para
obtenção do título de Doutora em Ciências, Programa
de Pós-Graduação em Enfermagem em Saúde
Pública.

Linha de pesquisa: Saúde Ambiental

Orientadora: Profa. Dra. Susana Inés Segura Muñoz

RIBEIRÃO PRETO
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Gomes, Vanessa da Costa

Diagnóstico e mapeamento de uma unidade educacional em área de vulnerabilidade social. Ribeirão Preto, 2019.

84 p. : il. ; 30 cm

Tese de Doutorado, apresentada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Enfermagem em Saúde Pública.

Orientadora: Susana Inés Segura Muñoz

1. Diagnóstico. 2. Mapeamento. 3. Vulnerabilidade Social.

GOMES, Vanessa da Costa

Diagnóstico e mapeamento de uma unidade educacional em área de vulnerabilidade social.

Tese apresentada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutora em Ciências, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem em Saúde Pública.

Aprovado em / /

Presidente

Prof. Dra. _____

Instituição: _____

Comissão Julgadora

Prof. Dra. _____

Instituição: _____

Prof. Dra. _____

Instituição: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus pela minha vida, por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades e prosseguir nessa jornada.

Aos meus filhos, Alexandre e Helena, que trazem tanta luz e gosto para minha vida a quem retirei muita atenção, paciência e acompanhamento, agradeço a preocupação manifestada com perguntas do tipo “mãe, ainda falta muito?” Vocês são a lição mais profunda que vivi de resiliência, dignidade e amor!

As minhas queridas irmãs de coração que Deus colocou em minha vida e escolhi para conviver eternamente: Camila, Débora, Fabiana, Giovana, Luciana e Tatiana, que vibraram comigo, desde a aprovação no processo seletivo, e sempre fizeram “propaganda” positiva a meu respeito. Obrigada por serem responsáveis pelos momentos mais coloridos dos meus dias e por dividirem comigo tanto carinho e alegrias. Esses agradecimentos vão muito além dos anos de doutorado, pois falam de momentos especiais cotidianos, que vocês compartilham comigo cada uma a seu modo e do seu jeitinho. Com certeza a vida é mais leve com vocês ao meu lado!

A minha querida orientadora Profa. Dra. Susana Inés Segura Muñoz, pela oportunidade de fazer parte do seu grupo de trabalho, por ter acreditado em mim e nas minhas capacidades. Agradeço ainda o trato simples, o apoio, estímulo e incentivo com que sempre abordou em nossas conversas e encontros, sem nunca ter permitido que eu desanimasse ou desistisse, mesmo quando as coisas não corriam bem. Meu muito obrigada! Gratidão!

Aos colegas do Laboratório de Ecotoxicologia e Parasitologia Ambiental (LEPA), pela amizade e cumplicidade. Obrigada pela força!

À Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo pelo ambiente criativo e amigável, por proporcionarem-me mais que a busca de conhecimento técnico e científico, mas uma LIÇÃO DE VIDA.

DEDICATÓRIA

A todas as pessoas e famílias que corajosamente lutam pela possibilidade de serem felizes em um mundo de exclusão, e a todos os profissionais da educação que através das suas práticas contribuem para uma sociedade mais justa e igualitária.

“Aqueles que passam por nós não vão sós. Deixam
um pouco de si, levam um pouco de nós”.

(Antoine de Saint-Exupéry)

RESUMO

GOMES, Vanessa da Costa. **Diagnóstico e mapeamento de uma unidade educacional em área de vulnerabilidade social**. 2019. 84 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Pós-Graduação Enfermagem em Saúde Pública da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2019.

O diagnóstico e mapeamento do perfil de atendimento de uma comunidade e do seu território, consiste no processo de identificação, formulação e priorização das necessidades em uma determinada realidade e contexto. Permitindo assim, orientar e definir as ações e projetos a serem desenvolvidos. Assim objetivou realizar um diagnóstico e mapeamento do perfil da comunidade em atendimento de uma unidade educacional em área de vulnerabilidade social. Optou-se por uma pesquisa descritiva baseada de um estudo de caso. Para a coleta de dados e análise dos resultados, foram realizados levantamentos bibliográficos, documentais de fontes secundárias e estatístico. Para realização do diagnóstico foram descritos: 1) Condições Socioeconômicas e Perfil Demográfico da População, 2) Distribuição da População segundo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) do Estado de São Paulo e Município de Ribeirão Preto, 3) Perfil de Atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e 4) Perfil de Atendimento da Educação Básica no segmento do Ensino Médio; para o mapeamento do território foram descritos: 1) Vulnerabilidades Sociais no Território, 2) Equipamento Sociais no Território e 3) Escolas Públicas no Território. Foi possível identificar famílias em situação de alta vulnerabilidade social que, por sua vez, apresentam necessidades nas áreas de educação, saúde, trabalho e renda. Muitas das condições dessas famílias, crianças e adolescentes estavam associadas à situação de pobreza e baixa renda, com remuneração abaixo da linha da pobreza, desigualdade social, situação de moradia precária, baixa escolaridade, pouca ou nenhuma qualificação para o trabalho, reforçando a importância de garantir às famílias acesso às políticas públicas e educação, assim como promover proteção social, reconhecendo as demandas da comunidade e do seu território.

Palavras-chave: Diagnóstico, Mapeamento, Vulnerabilidade Social.

ABSTRACT

GOMES, Vanessa da Costa. **Diagnosis and mapping of an educational unit in area of social vulnerability.** 2019. 84 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Pós-Graduação Enfermagem em Saúde Pública da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2019.

The diagnosis and mapping of the care profile of a community and its territory, consists in the process of identification, formulation and prioritization of needs in a given reality and context. Thus allowing to guide and define the actions and projects to be developed. Thus it aimed to perform a diagnosis and mapping of the community profile in care of an educational unit in the area of social vulnerability. We opted for a descriptive research based on a case study. For data collection and analysis of results, bibliographical, documentary and secondary source surveys were performed. For the diagnosis were described: 1) Socioeconomic Conditions and Demographic Profile of the Population, 2) Population Distribution according to the São Paulo State Social Vulnerability Index (IPVS) of the State of São Paulo and Ribeirão Preto, 3) Service Profile of the Coexistence and Strengthening of Bonds and 4) Profile of Attendance of Basic Education in the High School segment; For the mapping of the territory were described: 1) Social Vulnerabilities in the Territory, 2) Social Equipment in the Territory and 3) Public Schools in the Territory. It was possible to identify families in situations of high social vulnerability that, in turn, have needs in the areas of education, health, work and income. Many of the conditions of these families, children and adolescents were associated with poverty and low income, with pay below the poverty line, social inequality, precarious housing situation, low education, little or no qualification for work, reinforcing the importance of guarantee families access to public policies and education, as well as promote social protection, recognizing the demands of the community and its territ.

Keywords: Diagnosis, Mapping, Social Vulnerability.

RESUMEN

GOMES, Vanessa da Costa. **Diagnóstico y mapeo de una unidad educativa en el área de vulnerabilidad social**. 2019. 84 f. Tesis (Doctorado en Ciencias) - Postgrado en Enfermería en Salud Pública, Universidad de São Paulo en Ribeirão Preto College of Nursing, 2019

El diagnóstico y mapeo del perfil asistencial de una comunidad y su territorio, consiste en el proceso de identificación, formulación y priorización de necesidades en una realidad y contexto dados. Permitiendo así orientar y definir las acciones y proyectos a desarrollar. Por lo tanto, tenía como objetivo realizar un diagnóstico y mapeo del perfil de la comunidad en la atención de una unidad educativa en el área de vulnerabilidad social. Optamos por una investigación descriptiva basada en un estudio de caso. Para la recolección de datos y el análisis de resultados, se realizaron encuestas bibliográficas, documentales y de fuentes secundarias. Para hacer el diagnóstico se describieron: 1) Condiciones socioeconómicas y perfil demográfico de la población, 2) Distribución de la población de acuerdo con el Índice de Vulnerabilidad Social (IPVS) del Estado de São Paulo y Ribeirão Preto, 3) Convivencia y Fortalecimiento de Bonos y 4) Perfil de Asistencia a Educación Básica en el segmento de Secundaria; Para el mapeo del territorio se describieron: 1) Vulnerabilidades sociales en el territorio, 2) Equipamiento social en el territorio y 3) Escuelas públicas en el territorio. Fue posible identificar familias en situaciones de alta vulnerabilidad social que, a su vez, tienen necesidades en las áreas de educación, salud, trabajo e ingresos. Muchas de las condiciones de estas familias, niños y adolescentes se asociaron con la pobreza y los bajos ingresos, con salarios por debajo del umbral de pobreza, desigualdad social, situación de vivienda precaria, baja educación, poca o ninguna calificación para el trabajo, lo que refuerza la importancia de garantizar a las familias el acceso a políticas públicas y educación, así como promover la protección social, reconociendo las demandas de la comunidad y su territorio.

Palabras clave: Diagnóstico, Mapeo, Vulnerabilidad Social.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Fluxograma parcial das etapas da metodologia.....	41
Figura 2	Distribuição da População, segundo Grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social do Estado de São Paulo e Município de Ribeirão Preto – 2010.....	44
Figura 3	Distribuição por faixa etária da população atendida no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no ano de 2017.....	47
Figura 4	Distribuição da renda per capita das famílias atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no ano de 2017.....	49
Figura 5	Distribuição dos benefícios recebido pelas famílias atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no ano de 2017.....	49
Figura 6	Distribuição da situação de moradia das famílias atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no ano de 2017.....	51
Figura 7	Distribuição de moradores por residência das famílias atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no ano de 2017.....	52
Figura 8	Distribuição da composição familiar das famílias atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no ano de 2017.....	53
Figura 9	Distribuição da naturalidade das famílias atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no ano de 2017.....	54
Figura 10	Distribuição da escolaridade dos responsáveis pelas crianças e adolescentes atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no ano de 2017.....	55
Figura 11	Distribuição por período da população atendida no Ensino Médio no ano de 2017.....	56
Figura 12	Distribuição da renda per capita das famílias atendidas no Ensino Médio no ano de 2017.....	57
Figura 13	Distribuição dos benefícios recebido pelas famílias atendidas no Ensino Médio no ano de 2017.....	58
Figura 14	Distribuição da situação de moradia das famílias atendidas no Ensino Médio no ano de 2017.....	59

Figura 15	Distribuição de moradores por residência das famílias atendidas no Ensino Médio no ano de 2017.....	59
Figura 16	Distribuição da composição familiar das famílias atendidas no Ensino Médio no ano de 2017.....	60
Figura 17	Distribuição da naturalidade das famílias atendidas no Ensino Médio no ano de 2017.....	61
Figura 18	Distribuição da escolaridade dos responsáveis pelos adolescentes atendidos no Ensino Médio no ano de 2017.....	62
Figura 19	Distribuição das violações de direitos primárias das crianças e adolescentes atendidas na unidade educacional no ano de 2017.....	65
Figura 20	Distribuição das violações de direitos secundárias das crianças e adolescentes atendidas na unidade educacional no ano de 2017.....	66
Figura 21	Distribuição dos casos em acompanhamento por serviço na unidade educacional no ano de 2017.....	67
Figura 22	Distribuição dos casos em acompanhamento por período no Ensino Médio no ano de 2017.....	68
Figura 23	Imagem aérea de escolas públicas no território de atuação da unidade educacional.....	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Indicadores que compõem o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social no Município de Ribeirão Preto – 2010.....	46
Tabela 2	Distribuição de atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo em Entidades de Instituições Privadas no território de estudo no ano de 2017.....	69
Tabela 3	Distribuição de atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo em Núcleos municipais no território de estudo no ano de 2017.....	71
Tabela 4	Distribuição dos segmentos, turnos e número de alunos das escolas públicas mais próximas a unidade educacional no ano de 2017.....	75

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGRISHOW	Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação
CAPSi	Centro de Atenção Psicossocial Infantil
CMDCA	Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
EM	Ensino Médio
FEAPAM	Feira Agropecuária da Alta Mogiana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano de Ribeirão Preto
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
IRPS	Índice Paulista de Responsabilidade Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MSD	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PIB	Produto Interno Bruto
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNE	Plano Nacional da Educação
PSE	Proteção Social Especial
RH	Recursos Humanos
SAC	Serviços de Apoio Comunitário
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEDS-SP	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social de São Paulo
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SME	Secretaria Municipal de Educação
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
UBS	Unidades Básicas de Saúde

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	18
2.	OBJETIVO.....	21
2.1	OBJETIVO GERAL.....	21
2.2	OBJETIVO ESPECÍFICO.....	21
3.	REVISÃO DA LITERATURA.....	23
3.1	A HISTÓRIA DE RIBEIRÃO PRETO.....	23
3.1.1	Problemática socioespacial e urbana de Ribeirão Preto.....	25
3.1.2	Indicadores sociais e econômicos de Ribeirão Preto.....	28
3.2	A HISTÓRIA DO TERRITÓRIO DE ESTUDO.....	29
3.3	SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO.....	32
3.3.1	Oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no território.....	33
3.4	EDUCAÇÃO BÁSICA – ENSINO MÉDIO.....	35
3.4.1	Oferta do Ensino Médio na unidade educacional.....	36
4.	METODOLOGIA.....	39
5.	RESULTADOS.....	43
5.1	DIAGNÓSTICO.....	43
5.1.1	Condições socioeconômicas e perfil demográfico da população de Ribeirão Preto.....	43
5.1.2	Distribuição da população segundo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social do Estado de São Paulo e município de Ribeirão Preto.....	43
5.1.3	Perfil de atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.....	47
5.1.3.1	Distribuição da Faixa Etária.....	47
5.1.3.2	Renda per Capita.....	48
5.1.3.3	Benefícios Recebidos pelas Famílias.....	49
5.1.3.4	Situação da Moradia.....	51
5.1.3.5	Número de Moradores por Residência.....	52
5.1.3.6	Composição Familiar.....	52

5.1.3.7	Naturalidade das Famílias.....	53
5.1.3.8	Escolaridade dos Responsáveis.....	54
5.1.4	Perfil de atendimento da Educação Básica no segmento do Ensino	
	Médio.....	55
5.1.4.1	Distribuição do Atendimento.....	55
5.1.4.2	Renda Per Capita.....	56
5.1.4.3	Benefícios Recebidos pelas Famílias.....	57
5.1.4.4	Situação de Moradia.....	58
5.1.4.5	Número de Moradores por Residência.....	59
5.1.4.6	Composição Familiar.....	60
5.1.4.7	Naturalidade das Famílias.....	60
5.1.4.8	Escolaridade dos Responsáveis.....	61
5.2	MAPEAMENTO.....	63
5.2.1	Vulnerabilidades Sociais no Território.....	63
5.2.2	Equipamentos Sociais no Território.....	69
5.2.3	Escolas Públicas do Território.....	73
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
	REFERÊNCIAS.....	79

INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido sobre a importância da escola se relacionar com seu entorno e de assumir outras possibilidades de aprendizagem que não necessariamente se encontram no ambiente escolar, onde uma atividade educativa formal ou não formal, não acontece apenas dentro da escola, a cidade e as pessoas que nela habitam têm muito a contribuir nesse processo (AZEVEDO et al., 2015).

Para Azevedo et al. (2015) questões relativas ao território, a escola e ao desenvolvimento do indivíduo, vêm assumindo grande importância no atual contexto da educação brasileira. A escola tem sido questionada sobre o seu papel e, por conseguinte, pelo seu sucesso ou fracasso escolar.

De acordo com Alves (2004) entre as diversas mudanças necessárias no contexto contemporâneo da escola no que se refere à educação de crianças, jovens e adolescentes, incluem a diversificação do currículo, a utilização do território como espaço educativo e de aprendizagem; e a construção de um projeto de educação que se preocupe com o desenvolvimento integral dos indivíduos.

Sendo assim, muitas escolas e espaços educativos formais e não formais, passam a considerar seu entorno e o território, para ressignificar sua prática educativa, bem como relacionar o espaço com o cotidiano e o contexto de vida da comunidade, considerando os saberes locais dos sujeitos ali inseridos, suas crenças e valores com os quais se identificam, dividindo com a comunidade e demais instituições, a responsabilidade sobre a educação das crianças, jovens e adolescentes (AZEVEDO et al., 2015).

Segundo Santos (2002) o território não é apenas o conjunto dos ambientes naturais e de suas estruturas sociais, ele precisa ser entendido como o território em uso, não apenas o território do ponto de vista do seu espaço físico e geográfico. O território em uso é o espaço físico associado a identidade. A identidade é o sentimento de pertença a esse território em função do trabalho, do lugar da residência, assim como da vida.

Nesse contexto, todo um debate em torno do território e dos espaços-escolares e não-escolares, vem se intensificando dia a dia.

Saquet (2007) pressupõem a interlocução desses espaços com o território em que a escola se insere, ampliando as possibilidades de ensino e aprendizagem. Para o autor, explorar as possibilidades de aprendermos com e no território, ajuda a compreender que existem relações simbólicas e individuais estabelecidas com o espaço. Não é só fazer com que o sujeito frequente o espaço; e sim da sua relação e significado para ele.

Ainda segundo Saquet (2007) traçar o perfil de uma comunidade e do seu território, consiste no processo de identificação, formulação e priorização das necessidades de uma determinada realidade e contexto social. Possibilitando conhecer a comunidade e identificar os problemas, bem como suas necessidades, para orientar e definir as prioridades de ações e projetos a serem desenvolvidos.

Para Ferraro Junior (2007) o diagnóstico e mapeamento de grupos sociais considerados "invisíveis", "vulneráveis" e "minoritários" requer uma postura crítica. Esses grupos lutam pelo reconhecimento de suas múltiplas identidades que defendem diferentes territorialidades e buscam políticas públicas específicas para a autonomia e a proteção de seus territórios.

Sendo assim, optou-se por realizar uma pesquisa descritiva através de um estudo de caso, com abordagem quantitativa, onde o objetivo é realizar um levantamento diagnóstico da comunidade em atendimento e um mapeamento do território de unidade educacional em área de vulnerabilidade social.

Espera-se que a experiência decorrente desse estudo, contribua para o aperfeiçoamento dos processos educativos estabelecidos no território, a fim de que as propostas de ações e projetos sejam efetivas, com base nas características e singularidades da comunidade de estudo.

OBJETIVO

2. OBJETIVO

2.1 OBJETIVO GERAL

- Realizar um levantamento diagnóstico da comunidade em atendimento e um mapeamento do território de uma unidade educacional em área de vulnerabilidade social.

2.2 OBJETIVO ESPECÍFICO

- Realizar um diagnóstico da comunidade atendida caracterizando: 1) Condições Socioeconômicas e Perfil Demográfico da População, 2) Distribuição da População segundo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) do Estado de São Paulo e Município de Ribeirão Preto, 3) Perfil de Atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e 4) Perfil de Atendimento da Educação Básica no segmento do Ensino Médio;
- Realizar um mapeamento do território de estudo caracterizando: 1) Vulnerabilidades Sociais no Território, 2) Equipamento Social no Território e 3) Escolas Públicas no Território.

REVISÃO DA LITERATURA

3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1 A HISTÓRIA DE RIBEIRÃO PRETO

De acordo com Elias (2003) Ribeirão Preto foi fundada em 1856, neste período a região recebia muitos mineiros que saíam de suas terras já esgotadas para a mineração e procuravam pastagens para a criação de gado. No começo do século XX, a cidade passou a atrair imigrantes, que foram trabalhar na agricultura ou nas indústrias abertas na década de 1910. O café, que foi por algum tempo uma das principais fontes de renda, se desvaloriza a partir de 1929, perdendo espaço para outras culturas e principalmente para o setor industrial.

Na segunda metade do século XX foram incrementados investimentos nas áreas de saúde, biotecnologia, bioenergia e tecnologia da informação, sendo declarada em 2010 como "polo tecnológico", e atualmente Ribeirão Preto está entre os 30 maiores Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (SEADE, 2014).

Segundo Santos (2004) a história de Ribeirão Preto-SP, no século XX, passa pela história do café, do açúcar, do álcool e da progressiva configuração de uma cidade prestadora de serviços. Estes grandes processos econômicos não excluem outras formas de ocupação do espaço e do trabalho, que conviveram. Esta história pode ser contada pelo cafeicultor ou pelo usineiro, assim como pelo escravo, pelo imigrante, pelo pecuarista, pelos pequenos posseiros, pelos operários, pelas mulheres, pelos homens.

A região de Ribeirão Preto é composta por 25 municípios: Altinópolis, Barrinha, Brodósqui, Cajuru, Cássias dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guariba, Guataparã, Jaboticabal, Jardinópolis, Luis Antônio, Monte Alto, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa de Viterbo, Santo Antônio da Alegria, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho e Taquaral (IBGE, 2018).

No período de 1950 a 2000, o município apresentou taxas de urbanização superiores ao do Brasil e as do estado de São Paulo. Na década de 50, o município contava com uma população de 92.160 habitantes. Em 2000 a população saltou para 504.923 habitantes, demonstrando um crescimento percentual de 447,87 (FERNANDES & ADAS, 2004).

A agricultura e a agroindústria possuem um papel de destaque, sendo a principal atividade econômica em vários municípios da região. A cana-de-açúcar representa 73% do valor total da produção agrícola da região, que ainda cultiva amendoim, café, soja, milho e

laranja. Na criação de animais, o destaque é a pecuária bovina e a avicultura, além da produção de ovos (SEADE, 2017).

A partir da década de 1970, tendo como auge os anos 1980, observou-se a expansão dos complexos agroindustriais em desprovidas de benfeitorias urbanas adequadas. A exclusão do mercado de trabalho e do mercado privado legal de unidades habitacionais, provocou a ocupação do solo de maneira irregular, ilegal, ou clandestina, das periferias (FERNANDES, 2004).

Essa urbanização acelerada gerou uma modernização incompleta e seletiva, com a justaposição de traços de opulência e carências profundas, pautadas pela segregação e a exclusão social (SANTOS, 1996). Ainda segundo Santos (1996) existe um processo de produção do espaço urbano que cria vazios urbanos e expande a cidade para valorizar tais vazios. Ao mesmo tempo em que se encontram zonas pobres na atual periferia de Ribeirão Preto, também existem nichos de riqueza por meio dos condomínios que, apesar de sua localização distante dos centros urbanos, são dotados da maioria dos serviços públicos e privados. Esse processo de espraiamento da cidade provoca a necessidade de novos espaços para ocupação.

O crescimento econômico vivido pela região de Ribeirão Preto foi iniciado a partir da década de 1970, decorrente da desconcentração industrial da região metropolitana de São Paulo e do desempenho da agroindústria (produção sucroalcooleira) e também da expansão de atividades não agrícolas no campo. Esse crescimento baseou o padrão de urbanização da sociedade e do território segundo os anseios de acumulação e concentração das classes hegemônicas, com especial ênfase na agroindústria da cana e da laranja (FERNANDES, 2004).

O representativo crescimento econômico registrado nas décadas de 1970 a 1990 gerou consequências socioespaciais danosas, traduzidas em desigualdades sociais, uma urbanização concentradora de riqueza e problemas ambientais (ELIAS, 2003).

A partir de 1995, constatou-se a intensificação da exclusão social, deslocando as classes mais pobres para as áreas mais afastadas da “cidade luminosa” (SANTOS, 1996).

Para Elias (2003) em Ribeirão Preto, da mesma forma que foi produzida a riqueza, também se produziu a pobreza, pois esta é fruto das relações contraditórias das relações capitalistas de produção, para o que se faz adequação do espaço regional para o desempenho, no caso, da agricultura, contribuindo, decisivamente, para a reprodução ampliada do capital no país, em sua forma monopolista.

De acordo com Santos (2004) a região de Ribeirão Preto, sobretudo o município sede, foi privilegiada por meio de muitos investimentos públicos e privada, desde o nível federal até

o municipal. Estes investimentos garantiram obras de infraestrutura, criação de instituições de pesquisas, financiamento da produção agrícola, incentivos fiscais, implantação de planos, programas de habitação, saúde e educação, entre outros.

Segundo Santos (2004) no território brasileiro, o município de Ribeirão Preto, e a região na qual se insere, foi um dos pioneiros no processo de modernização, propiciado pelo período “técnico-científico-informacional”.

Após a década de 1960, várias outras atividades econômicas, inclusive a agroindustrial, favoreceram o surgimento e desenvolvimento de algumas cidades que “se expandiram a serviço das relações internacionais e puderam se beneficiar dos elementos propulsores de inovação existentes em cada momento, gerando modernização e desencadeando crescimento urbano e urbanização” (ELIAS, 2003).

Ribeirão Preto, atualmente, tem sido divulgada pelo poder público local e pela mídia como “*capital do agronegócio*”. Nas principais avenidas que dão acesso à cidade, pode-se contemplar um monumento, onde se lê: “*Ribeirão Preto: capital brasileira do agronegócio*”. As feiras e eventos agropecuários, como a Feira Agropecuária da Alta Mogiana (FEAPAM) e a Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação (AGRISHOW), importante para o agronegócio, pois movimentam a economia local e regional, se tornaram tradicionais na cidade e constituem atrativos para empresários do setor, seja em relação à produção, seja na divulgação de novas tecnologias. O município passou a integrar uma série de serviços voltados a esta atividade, assim como teve seu território dotado de uma instrumentalização técnico-científico-informacional, capaz de lhe conferir as mais profundas mudanças no setor agrícola e, por conseguinte, na sua estruturação urbana.

3.1.1 Problemática socioespacial e urbana de Ribeirão Preto

O município de Ribeirão Preto caracteriza-se por um modelo urbano extenso, fragmentado e corporativo, próprio de uma modernidade incompleta, que produz, ao mesmo tempo, uma riqueza cada vez mais concentrada e uma pobreza difusa (SANTOS, 1990).

De acordo com Elias (2013) a partir da década de 1970, sua região tem acumulado progressivamente recursos técnicos e financeiros transformando-se numa das principais manchas de modernização agropecuária do país. Ainda segundo o autor, como parte desse processo e sob a correlação com a modernização tecnológica no setor sucroalcooleiro, perfil das migrações e segregação urbana, há um aprofundamento e uma expansão dos espaços de

pobreza no seu território. Essa pobreza estrutural aumenta à medida que há crescimento econômico e afirmação de Ribeirão Preto como um dos principais aglomerados urbanos do Estado de São Paulo.

Para Elias (2013) se inicialmente a produção de pobreza no município apresentava-se como principal pilar do setor sucroalcooleiro, nas últimas décadas, com o crescente processo de mecanização do campo, a manutenção dessa pobreza é base para a expansão do setor da construção civil. Utilizando-se das mesmas estratégias, a divisão social e territorial do trabalho na região é aprofundada a partir do estímulo à migração de mão-de-obra com baixa qualificação, subemprego e baixos salários.

De acordo com Mello (1996) os imigrantes que vinham para trabalhar no corte da cana eram conhecidos como boias-frias, moravam na cidade, mas trabalhavam no campo. Assim, a favela parece ter sido mais resultado da expansão da agricultura com utilização de mão de obra temporária do que a vinda espontânea de trabalhadores devido à ilusão da “Califórnia”. Além disso, as favelas significam não apenas a territorialização das famílias de baixa renda que migram em função do corte da cana, mas representam uma forma de luta pelo direito à moradia e à cidade.

O perfil dessa migração permite uma associação à noção de “homens lentos”, atribuída por Santos (2004), aos pobres e migrantes que, pela circunstância que se encontram no território, são condicionados a costurar ações e projetos num tecido social esgarçado e precário. Vindos, sobretudo do Estado de Minas Gerais e da região Nordeste do país, constituem grande parte da população residente em assentamentos precários no município de Ribeirão Preto, que tem como única alternativa a moradia autoconstruída.

Como uma das faces desse processo, a produção de favelas no município acontece de forma crescente e ininterrupta desde a formação dos primeiros assentamentos precários na década de 1960 (FERNANDES, 2004).

De acordo com Adas (2004) na década de 1990, a ocupação de uma área pública, pertencente ao Horto Florestal Municipal, retrata a luta dos trabalhadores “sem-teto” de Ribeirão Preto, em especial pela moradia e melhores condições de vida. Dessa forma, ao analisar esse processo de luta que culmina na formação do território de estudo, o autor dá contribuição importante para a desconstrução do “mito da Califórnia brasileira”. A formação desse bairro tem como significado a materialização da conquista travada pela luta daqueles que constroem a cidade e dela não usufruem.

Levantamentos ainda em andamento, da Frente de Defesa da Moradia, movimento local organizado em uma frente popular que busca o fortalecimento e a união de diversos atores e

movimentos sociais de Ribeirão Preto e região, na defesa do direito à moradia digna, indicam a existência de mais de 50 núcleos de favelas e parece demonstrar o agravamento dos problemas urbanos que atingem a população pobre da cidade.

Essas ocupações, em sua grande maioria, ocorrem em áreas públicas municipais, onde deveriam ser implantados equipamentos urbanos e comunitários, bem como espaços livres de uso público. Grande parte dessas ocupações são caracterizadas como consolidáveis, o que constitui, à princípio, um facilitador no processo de regularização fundiária. Contraditoriamente, apenas três assentamentos tiveram processos de regularização fundiária iniciados pela Prefeitura Municipal. Em grande parte dos casos, as ações têm se restringindo a realização de reintegrações de posse, com apenas uma minoria dos removidos sendo contemplada com unidades habitacionais produzidas pela iniciativa privada por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (COHAB-RP, 2017).

Atualmente, apenas três assentamentos estão passando por processo de regularização fundiária de interesse social: o território de estudo, bairro “Monte Alegre” - com regularização promovida pela administração municipal - e favela “do Grilo”, de propriedade particular (COHAB-RP, 2017).

Segundo Rodrigues (2007) o direito à moradia aponta o processo e ampliação das lutas sociais, mas não se confunde com o direito à cidade. Este, entendido “como bem coletivo, com acesso universal aos bens e serviços, constitui uma ‘revolta’ contra a mercadoria terra, moradia e cidade, e a privatização dos equipamentos públicos. É uma revolta contra o predomínio do valor de troca, uma luta pelo valor de uso da cidade e da propriedade”.

Para Lefebvre (2006) o direito à cidade implica o direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade). Este direito se manifesta, portanto, como forma superior dos direitos: o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar.

A favela, constituindo a materialização da luta pelo acesso à terra e à moradia urbana, é parte da cidade real, produto das relações capitalistas de produção do espaço. Como afirma Rodrigues (2007) o mesmo processo - o desenvolvimento do capitalismo, que provoca a expropriação no campo, provoca também a super-exploração na cidade e cria uma população excedente para as necessidades médias de acumulação. A favela é uma ‘instituição necessária’ ao desenvolvimento do capitalismo, porque é onde se aloja uma parcela da classe trabalhadora. Na aparência há uma contradição entre a massa de riqueza gerada e a extrema penúria de uma grande parte dos trabalhadores. Na essência, o mesmo processo que propicia a produção da riqueza espolia o trabalhador até o limite máximo da sua força de trabalho, única riqueza que

lhe restou e que vê esgotada dia a dia. A favela é então um dos aspectos da organização do espaço para e pelo capital.

3.1.2 Indicadores sociais e econômicos de Ribeirão Preto

O município de Ribeirão Preto ocupa uma área de 650 km² (área urbana de 274,08 km² e a rural de 376,92 km²) e está situado na região nordeste do estado de São Paulo a 313 km da capital estadual, entre os paralelos 21° e 21° 30' sul e meridianos 47° 30' e 48° oeste, com uma população estimada de 694.534 habitantes. Segundo levantamento divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população cresceu 1,2% em um ano e a cidade é a 11^a mais populosa, fora as capitais (IBGE, 2017).

O elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Ribeirão Preto, que no ano 2010 foi de 0,855, acima do índice nacional (0,772), não reflete a realidade da totalidade de sua população. A renda per capita no Censo Demográfico em reais correntes é de R\$1.052,7. O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IRPS), aponta o município de Ribeirão Preto entre aqueles que se caracterizam por níveis elevados de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais, mas não explicitam as contradições existentes no município (SEDAE, 2018).

Em 2016, o salário médio mensal era de 3.0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 40.2%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 27.8% da população nessas condições (IBGE, 2010).

Na educação, no ano de 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 6.1 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4.6. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 369 de 645. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 467 de 645. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 96.9 em 2010. Isso posicionava o município na posição 537 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 3751 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2017).

A taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais pelo Censo Demográfico (Em %) foi de 2,91 comparados com 4,33 do Estado de São Paulo. A população de 18 a 24 anos com pelo menos Ensino Médio completo, (Em %) foi de 60,40 comparados com 57,89 do

Estado de São Paulo, e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Educação - foi de 0,739 (SEADE, 2018).

3.2 A HISTÓRIA DO TERRITÓRIO DE ESTUDO

Contar a história de uma região é encontrar um viés ou uma interpretação possível sobre um pequeno conjunto de fatos. Um território tem milhares de histórias de vida. Todas elas contam o território, todas elas diferentes. Assim, não cabe, num processo de mapeamento, escolher uma história possível, cabe reconhecer os grandes processos sociais e econômicos que foram construindo a ocupação deste território, reconhecer os atores, mais ou menos poderosos e estimular que os futuros processos de diagnóstico, desenvolvidos com as educandas e educandos, busquem a leitura e interpretação deste mosaico.

De acordo com Adas (2004) o bairro do território de estudo, faz parte de um dos assentamentos precários no município de Ribeirão Preto, segundo relatos dos próprios moradores, o bairro é fruto de uma ocupação organizada em 1996, em parte do Horto Florestal Municipal de Ribeirão Preto, área que estava abandonada por mais de 28 anos.

Ainda segundo Adas (2004) nos quatro primeiros anos de ocupação houve uma grande mobilização dos moradores pela regularização do assentamento. A Lei Complementar nº 943 de 1999, autorizou o desmembramento de parte do espaço territorial do Parque Ecológico e Botânico “Ângelo Rinaldi” (antigo Horto Florestal Municipal), destinando-o à legalização do núcleo residencial. Em seu artigo 4º a lei já apresentava a intenção de “*estabelecer normas para legalizar a área ocupada por construções residenciais, bem como para instalar equipamentos urbanos e melhorias*”. A Lei Complementar nº 1028 de 2000, ratifica e aprimora as providências da lei anterior, considerando a área ocupada pelo território de estudo “*interesse social, destinada a programas de urbanização e regularização jurídica da posse da terra*”. Entre 1991 e 2001 a Prefeitura Municipal implantou redes de infraestrutura de água e esgoto, drenagem e pavimentação na área. Desde então, iniciou-se o cadastramento socioeconômico dos moradores pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Ribeirão Preto, até que em 2010 foi estabelecido o convênio com o Programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais “Cidade Legal”, que atualizou o cadastramento das famílias e levantamento planialtimétrico e cadastral com marcação dos lotes e edificações. A mobilização da população iniciou-se por meio de reuniões públicas com o trabalho de conscientização sobre o processo de regularização fundiária, tendo como principal objetivo o estabelecimento do controle de

ocupação da área, o que permitiria iniciar o projeto de regularização fundiária com a demarcação dos lotes e implantação de infraestrutura.

Em 2012, a Secretaria de Planejamento e Gestão Pública da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, expediu o Auto de Regularização referente ao Parcelamento da área do território de estudo, recebendo em 2013 a Declaração de Conformidade Urbanística e Ambiental da Secretaria de Habitação do Governo do Estado de São Paulo (Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública, 2018)

Para Denaldi (2009) embora o processo de regularização fundiária social ainda não esteja concluído, o território de estudo é um bairro integrado à cidade, com parcelamento aprovado na prefeitura e registrado em cartório, rede de água, esgoto, energia elétrica e asfalto implantados. No que se refere à regularização fundiária, ainda falta a efetivação da posse em favor dos moradores e a garantia de níveis adequados de habitabilidade das edificações.

Contudo, o modelo de urbanização implantado não solucionou aspectos como qualificação do espaço público e implantação de sistemas de lazer e equipamentos urbanos. O território ainda carece de espaços livres públicos e outros equipamentos de uso coletivo que atendam às necessidades cotidianas da população, bem como de elementos de mobiliário urbano para sinalização, recreação etc. Da mesma forma, muitas moradias apresentam precariedades habitacionais como ausência ou insuficiência de iluminação e ventilação naturais, pé-direito baixo, utilização de materiais construtivos que proporcionam baixo conforto térmico, patologias como umidade ascendente e descendente e, em alguns casos, trincas que podem indicar a vulnerabilidade estrutural da edificação.

Conforme afirma Adas (2004) o território de estudo, como passou a ser denominado por lei, a partir de 2000, pela Lei Complementar nº 1028, de 2000, teve origem nas ocupações iniciadas no ano de 1996, quando famílias de trabalhadores “sem-teto” iniciaram a construção de suas moradias em terreno público, pertencente ao Horto Florestal Municipal de Ribeirão Preto. Esta área, na prática, não desempenhava nenhuma função vinculada à destinação de horto. Ao contrário, devido à falta de interesse do poder público em atribuir um uso efetivo a ela, funcionava como um verdadeiro lixão, onde caminhões despejavam lixo proveniente da cidade, e nada tinha a preservar, visto que não havia vegetação no local.

Os moradores, embora grande parte seja proveniente de outros bairros de Ribeirão Preto, onde pagam aluguel, constituem-se basicamente de imigrantes tanto de outros municípios de São Paulo quanto de outros estados, especialmente Minas Gerais.

Como salienta Adas (2004) entre os principais motivos que levaram à ocupação do atual território estão o valor cobrado nos aluguéis em outros bairros, que os impossibilitam de pagar;

o desemprego; e em alguns poucos casos, o deslocamento de famílias de baixa renda, provenientes de outros municípios, que se dirigem para Ribeirão Preto para tratar de problemas de saúde e acabam se fixando na cidade. Em geral, os tratamentos médico-hospitalares são realizados no Hospital das Clínicas, da Universidade de São Paulo, que oferece várias especializações e atendimento público gratuito.

Denaldi (2009) afirma que a luta e a persistência dos trabalhadores “sem-teto” em continuar ocupando a terra redundaram na regularização da área, desde o ano 2000, e na conquista da infraestrutura básica necessária, instalada após 2001, como água, energia elétrica, asfalto, esgotamento sanitário, entre outros.

Observa-se, portanto, que a materialização da favela e, posteriormente, do território não significou a depredação de um “espaço natural”, pois, embora denominado de horto (por lei), constituía um espaço sem uso efetivo, utilizado apenas como depósito de lixo. Assim, trata-se de um espaço que não se caracteriza, a princípio, pelos fins especulativos, mas pelo valor de uso, explicitado pelas necessidades de uso e de reprodução da vida de camadas específicas da sociedade.

Como diz Singer (1980, p. 87-88):

[...] a cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos. Antes, pelo contrário, este funcionamento tende a manter uma parte da força de trabalho em reserva, o que significa que uma parte correspondente da população não tem meios para pagar pelo direito de ocupar um pedaço do solo urbano. Esta parte da população acaba morando em lugares que, por alguma razão, os direitos da propriedade privada não vigoram: áreas de propriedade pública, terrenos em inventário, glebas mantidas vazias com fins especulativos etc., formando as famosas invasões, favelas, mocambos, etc. [...] Quando os direitos da propriedade privada se fazem valer de novo, os moradores das áreas em questão são despejados, dramatizando a contradição entre a marginalidade econômica e a organização capitalista do uso do solo.

Para Singer (1980) os aspectos da problemática urbana, destacados, tornam claras as contradições do processo de produção do espaço em Ribeirão Preto. Problemas como a especulação fundiária, a luta pela terra e pela moradia, a inexistência ou a carência de serviços públicos básicos em certas parcelas da cidade, a pobreza crescente de parte da população, entre tantos outros, expressam as injustiças sociais que, ao serem mascaradas, contribuem para a difusão do mito da “Califórnia brasileira”.

3.3 SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO

Durante o processo de regulamentação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no ano de 2009, foi aprovada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009, que instituiu a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) está tipificado na Proteção Social Básica, e recebe novo formato com a nova Resolução CNAS nº 109 de 2009. As atividades passam a ser padronizadas, contendo objetivos, público-alvo específico, impactos e recursos mínimos para o atendimento. Ganha assim legitimidade política e passa a ser promotora dos direitos garantindo a proteção social de crianças e adolescentes.

O SCFV é um serviço realizado em grupos, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (CNAS, 2009).

De acordo com o CNAS (2009) o SCFV para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Inclui crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações, cujas atividades contribuem para re-significar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social. O SCFV para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária e contribui para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. As atividades devem abordar as questões relevantes sobre a juventude, contribuindo para a

construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do jovem. As atividades também devem desenvolver habilidades gerais, tais como a capacidade comunicativa e a inclusão digital de modo a orientar o jovem para a escolha profissional, bem como realizar ações com foco na convivência social por meio da arte-cultura e esporte-lazer. As intervenções devem valorizar a pluralidade e a singularidade da condição juvenil e suas formas particulares de sociabilidade; sensibilizar para os desafios da realidade social, cultural, ambiental e política de seu meio social; criar oportunidades de acesso a direitos; estimular práticas associativas e as diferentes formas de expressão dos interesses, posicionamentos e visões de mundo de jovens no espaço público.

3.3.1 Oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no território

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Resolução CNAS n° 145, de 15 de outubro de 2004, e Resolução CNAS n° 33, de 12 de dezembro de 2012, definiu o marco conceitual da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e as bases para a organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), nas quais os municípios têm por responsabilidade a gestão e execução de serviços e benefícios socioassistenciais, e a obrigatoriedade na construção do Plano Municipal de Assistência Social do município (BRASIL, 2012).

A Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), tem pautado suas ações no atendimento a estas disposições buscando compor com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social de São Paulo (SEDS-SP) e Governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para acompanhar as mudanças realizadas na política pública de assistência social em todo o país, se propondo a discutir as alterações necessárias na Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) para instituir o SUAS no município (SEMAS, 2018).

A Resolução CNAS n° 109 de 11 de novembro de 2009, instituiu a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, trazendo um reordenamento e padronização em todo território nacional dos serviços de Proteção Social Básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. Este documento regularizou os serviços oferecidos tanto pelo poder público quanto pela sociedade civil dando identidade em suas devidas políticas públicas (BRASIL, 2009).

Na cidade de Ribeirão Preto no ano de 2010, houve um movimento da SEMAS junto das Entidades Sociais e Núcleos da Prefeitura que ofereciam atividades de contra turno escolar. Foram realizadas reuniões, capacitações e orientações a fim de levar estes serviços a compreender a nova Resolução CNAS nº 109/2009 e as mudanças da política pública que refletiram diretamente na forma de atendimento (SEMAS, 2018).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) instituído pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais - Resolução CNAS nº 109/2009, é oferecido no município de Ribeirão Preto e está localizado em áreas periféricas da cidade. Possui Núcleos da criança e ao adolescente, ligado ao Departamento de Proteção Social Básica da Secretaria de Assistência Social, e visa o atendimento à criança e ao adolescente na faixa etária de 6 a 17 anos, no contraturno escolar, oferecendo-lhes atividades socioeducativas complementares à escola, em atividades diárias nas áreas de esporte, cultura, lazer e cidadania (SEMAS, 2018).

A unidade educacional de estudo foi uma das Entidades a ser contempladas no novo formato da política de assistência social, conseguindo sua certificação tanto na Secretaria Municipal quanto no Conselho Municipal de Assistência Social. Além disso, a unidade educacional conseguiu aprovação de seu projeto para subvencionamento mensal do SCFV e foi registrada no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e pleiteia recursos do Fundo municipal e de editais em parceria com fundações privadas no município de Ribeirão Preto.

Apresentar este contexto de mudança da política pública, de reorganização dos serviços socioassistenciais na cidade e característica do território no qual a unidade educacional está alocada é fundamental para entender a importância da oferta deste serviço na comunidade e na cidade de Ribeirão Preto.

A unidade educacional está referenciada pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) III, que cobre a região sudoeste da cidade, mas especificamente o Complexo Parque Ribeirão Preto. Trata-se de uma região extensa de 51 bairros, onde verifica-se grandes contrastes entre as classes sociais mais favorecidas e as menos favorecidas. A área tem grande concentração de assentamentos precários e núcleos de favelas, possui bairros com altos índices de vulnerabilidades sociais e risco, principalmente próximos à região do bairro. Por se tratar de uma região vulnerável, os bairros mais periféricos são os que apresentam maiores índices de violência, drogadição, risco social, e renda per capita abaixo da média da região (SEADE, 2010).

Segundo dados registrados pelo sistema interno de registro e cadastro dos atendimentos da unidade educacional, as famílias são populosas com média de 04 a 06 pessoas por residência, sendo grande parte deste número composto por crianças e adolescentes.

De acordo com dados do IBGE (2010) a região é reconhecida na cidade como uma das mais violentas e perigosas, por seu histórico de altos índices de criminalização, comando pelo tráfico de drogas, e Produto Interno Bruto (PIB) abaixo da média de outros bairros periféricos.

Em Ribeirão Preto, SCFV são oferecidos tanto pelo poder público como por Entidades e Organizações Sociais. Próximo a unidade educacional de estudo existem Núcleos e Entidades que executam o SCFV na região. No Complexo Parque Ribeirão Preto, o serviço é ofertado e possui 06 Entidades Sociais e 05 Núcleos Municipais, ligados ao Departamento de Proteção Social Básica da Secretaria de Assistência Social.

3.4 EDUCAÇÃO BÁSICA – ENSINO MÉDIO

A Educação Básica é o caminho para assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Atualmente, os documentos que norteiam a educação básica são a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação (PNE).

O sistema educacional brasileiro é dividido em Educação Básica e Ensino Superior. A Educação Básica, a partir da LDB, passou a ser estruturada por etapas e modalidades de ensino, englobando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos e o Ensino Médio.

O PNE, Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001, sancionado pelo Congresso Nacional em 2001, estabeleceu metas para a educação no Brasil com duração de dez anos que garantisse, entre muitos outros avanços, a elevação global do nível de escolaridade da população, a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis, a redução das desigualdades sociais e regionais, a ampliação do atendimento na Educação Infantil, no Ensino Médio e no Superior. O PNE, tal como foi concebido, previu uma reavaliação de suas metas em cinco anos. Uma das mais importantes metas do PNE no que tange o Ensino Médio é a garantia do acesso a todos aqueles que concluíam o Ensino Fundamental em idade regular no prazo de três anos, a partir do ano de sua promulgação.

De acordo com o PNE (2001) o Ensino Médio, etapa final do processo formativo da Educação Básica, é orientado por princípios e finalidades que preveem:

- I. a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II. a preparação básica para a cidadania e o trabalho, tomado este como princípio educativo, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de enfrentar novas condições de ocupação e aperfeiçoamento posteriores;
- III. o desenvolvimento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e estética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV. a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos presentes na sociedade contemporânea, relacionando a teoria com a prática.

O Ensino Médio deve ter uma base unitária sobre a qual podem se assentar possibilidades diversas como preparação geral para o trabalho ou, facultativamente, para profissões técnicas; na ciência e na tecnologia, como iniciação científica e tecnológica; na cultura, como ampliação da formação cultural.

3.4.1 Oferta do Ensino Médio na unidade educacional

O Ensino Médio foi implementado na unidade educacional de estudo em 2015 atendendo no ano de estudo aproximadamente 300 alunos, sendo 180 no período matutino (duas turmas de primeira série, duas turmas de segunda série e duas turmas de terceira série do ensino médio) e 120 no período noturno (uma turma de primeira série, duas turmas de segunda série e uma turma de terceira série do ensino médio).

A equipe é composta de dezessete docentes, em que quatro assumem a função de “docente articulador de área”, e dois são volantes responsáveis pelas substituições nas ausências de docentes.

A equipe vem desenvolvendo uma proposta de educação baseada na metodologia de projetos, uma proposta pedagógica que leva em consideração o território e o contexto da comunidade. Entre os desafios estão a necessidade de investimentos e fortalecimento da estrutura de funcionamento do serviço, até ampliação do processo formativo da equipe docente e o enfrentamento das complexidades inerentes ao território de atuação da unidade educacional.

O exercício reflexivo de toda a equipe de docentes e gestão da unidade, ajuda a compreender tanto o que significa estar na Educação Básica, quanto as necessidades para o

fortalecimento da proposta pedagógica com olhar para as especificidades da política, do território e dos jovens e adolescentes que chegam a unidade educacional.

METODOLOGIA

4. METODOLOGIA

Como forma de atingir os objetivos propostos na presente pesquisa, optou-se por uma pesquisa descritiva através de um estudo de caso, com abordagem quantitativa.

De acordo com Rudio (1985) a pesquisa descritiva, ocorre quando o pesquisador tenta tomar conhecimento da realidade e compreendê-la, sem que interfira na mesma para modificá-la. Para Godoy (1995) um estudo de caso é uma forma de pesquisa que tem como objeto uma unidade onde são feitas análises profundas, além disso, o mesmo tem se tornado uma estratégia bastante utilizada por estudiosos que pretendem conhecer as razões do acontecimento de determinado fenômeno, quando existe pouca possibilidade de controle dos eventos pesquisados e quando o alvo de interesse é em fenômenos recentes ou atuais, que somente poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real. E segundo Fonseca (2002) a pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc, onde os resultados da pesquisa podem ser quantificados.

A pesquisa foi realizada em uma unidade educacional localizada em um bairro periférico de Ribeirão Preto-SP, zona sudoeste do município.

Para tanto, o estudo foi dividido em duas etapas: a realização de um diagnóstico da comunidade atendida pela unidade educacional e o mapeamento do território em área de vulnerabilidade social.

A coleta de dados ocorreu no período de janeiro a dezembro de 2017. Para a coleta de dados e análise dos resultados, foram realizados levantamentos de dados e informações através de fontes secundárias, que envolveu levantamento bibliográfico (livros, revistas especializadas, trabalhos acadêmicos e informações de órgãos governamentais), documental (relatórios, registros e dados disponíveis nos documentos internos da unidade educacional) e estatístico (dados e informações de instituições governamentais e não governamentais).

A comunidade atendida no ano de estudo foi constituída por 600 crianças e adolescentes matriculadas e cadastradas no sistema interno de registro da unidade educacional em questão.

Para a Etapa do Diagnóstico da comunidade em atendimento, foram descritos os seguintes dados e informações: 1) Condições Socioeconômicas e Perfil Demográfico da População, 2) Distribuição da População segundo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) do Estado de São Paulo e Município de Ribeirão Preto, 3) Perfil de Atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: (a) Distribuição da faixa etária, (b) Renda Per Capita, (c) Benefícios Recebido pelas Famílias, (d) Situação da Moradia, (e) Moradores por Residência, (f) Composição Familiar, (e) Naturalidade das Famílias e (h)

Escolaridade dos Responsáveis. 4) Perfil de Atendimento da Educação Básica no segmento do Ensino Médio: (a) Distribuição do atendimento, (b) Renda Per Capita, (c) Benefícios Recebido pelas Famílias, (d) Situação da Moradia, (e) Moradores por Residência, (f) Composição Familiar, (g) Naturalidade das Famílias e (h) Escolaridade dos Responsáveis.

Para a Etapa do Mapeamento do território, foram descritos os seguintes dados e informações: 1) Vulnerabilidades Sociais no Território, 2) Equipamento Sociais no Território e 3) Escolas Públicas no Território.

Para facilitar a compreensão, na Figura 4 está apresentado um Fluxograma Parcial das Etapas da Metodologia.

Figura 1 – Fluxograma parcial das etapas da metodologia.

RESULTADOS

5. RESULTADOS

5.1 DIAGNÓSTICO

5.1.1 Condições socioeconômicas e perfil demográfico da população de Ribeirão Preto

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Município de Ribeirão Preto, que integra a Região Administrativa de Ribeirão Preto, possuía, em 2010, 604.682 habitantes. A análise das condições de vida de seus habitantes mostra que a renda domiciliar média era de R\$3.249, sendo que em 8,8% dos domicílios não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Em relação aos indicadores demográficos, a idade média dos chefes de domicílios era de 47 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 14,9% do total. Dentre as mulheres responsáveis pelo domicílio 15,3% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 7,2% do total da população (IBGE, 2010).

5.1.2 Distribuição da população segundo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social do Estado de São Paulo e município de Ribeirão Preto

Os sete grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) resumem as situações de maior ou menor vulnerabilidade às quais a população se encontra exposta na Figura 2, a partir de um gradiente das condições socioeconômicas e do perfil demográfico que podem ser observados na Tabela 1.

Figura 2 – Distribuição da População, segundo Grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social do Estado de São Paulo e Município de Ribeirão Preto – 2010.

Fonte: Adaptado SEADE (2019).

De acordo com dados do Censo Demográfico do Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) 2010, no que se refere a divisão e as características desses grupos, no município de Ribeirão Preto, temos:

Grupo 1 (baixíssima vulnerabilidade): 84.475 pessoas (14,1% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$6.904 e em 1,3% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 46 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 18,7%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 21,8% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 5,5% do total da população desse grupo.

O Grupo 2 (vulnerabilidade muito baixa): 290.156 pessoas (48,4% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$2.842 e em 6,6% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 50 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 10,0%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 9,1% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 6,1% do total da população desse grupo.

O Grupo 3 (vulnerabilidade baixa): 139.845 pessoas (23,3% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$2.298 e em 10,4% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 42 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 20,8%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 21,9% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 9,0% do total da população desse grupo.

O Grupo 4 (vulnerabilidade média - setores urbanos): 38.325 pessoas (6,4% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$1.757 e em 19,0% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 47 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 12,1%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 9,8% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 8,1% do total da população desse grupo.

O Grupo 5 (vulnerabilidade alta - setores urbanos): 32.726 pessoas (5,5% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$1.474 e em 25,9% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 42 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 21,5%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 20,0% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 10,1% do total da população desse grupo.

O Grupo 6 (vulnerabilidade muito alta - aglomerados subnormais): 12.668 pessoas (2,1% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$1.070 e em 42,8% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 38 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 29,7%. Dentre as mulheres chefes de domicílios 29,3% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 13,6% do total da população desse grupo.

O Grupo 7 (vulnerabilidade alta - setores rurais): 807 pessoas (0,1% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos domicílios era de R\$549 e em 47,4% deles a renda não ultrapassava meio salário mínimo per capita. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 48 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 7,9%. Dentre as mulheres chefes de domicílios

11,5% tinham até 30 anos, e a parcela de crianças com menos de seis anos equivalia a 11,0% do total da população desse grupo.

Os indicadores que compõem o IPVS, as condições socioeconômicas e o perfil demográfico do município de Ribeirão Preto, podem ser observados na Tabela 1.

Tabela 1 – Indicadores que compõem o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social no Município de Ribeirão Preto - 2010.

Indicadores	Total	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social						
		1 - Baixíssima	2 - Muito baixa	3 - Baixa	4 - Média (urbanos)	5 - Alta (urbanos)	6 - Muito alta (aglomerados subnormais)	7 - Alta (rurais)
População (nº abs.)	599.002	84.475	290.156	139.845	38.325	32.726	12.668	807
População (%)	100,0	14,1	48,4	23,3	6,4	5,5	2,1	0,1
Domicílios particulares	194.590	32.878	94.389	43.733	11.056	8.941	3.340	253
Domicílios particulares permanentes	194.398	32.872	94.308	43.702	11.035	8.931	3.339	211
Número médio de pessoas por domicílio	3,1	2,6	3,1	3,2	3,5	3,7	3,8	3,2
Renda domiciliar nominal média (em reais de agosto de 2010)	3.249	6.904	2.842	2.298	1.757	1.474	1.070	549
Renda domiciliar <i>per capita</i> (em reais de agosto de 2010)	1.058	2.702	927	719	507	404	282	170
Domicílios com renda <i>per capita</i> de até um quarto do salário mínimo (%)	1,7	0,2	0,9	1,6	4,3	6,2	14,4	25,3
Domicílios com renda <i>per capita</i> de até meio salário mínimo (%)	8,8	1,3	6,6	10,4	19,0	25,9	42,8	47,4
Renda média das mulheres responsáveis pelo domicílio (em reais de agosto de 2010)	1.353	3.010	1.165	833	632	491	353	240
Mulheres responsáveis com menos de 30 anos (%)	15,3	21,8	9,1	21,9	9,8	20,0	29,3	11,5
Responsáveis com menos de 30 anos (%)	14,9	18,7	10,0	20,8	12,1	21,5	29,7	7,9
Responsáveis pelo domicílio alfabetizados (%)	97,1	99,6	97,7	97,2	93,2	89,4	86,0	80,6
Idade média do responsável pelo domicílio (em anos)	47	46	50	42	47	42	38	48
Crianças com menos de 6 anos no total de residentes (%)	7,2	5,5	6,1	9,0	8,1	10,1	13,6	11,0

Fonte: SEADE (2019).

5.1.3 Perfil de atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Entre os serviços ofertados pela unidade educacional no ano de estudo estava o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFVC), com atividades no contra turno escolar para 300 crianças e adolescentes que estudavam no território e a oferta da Educação Básica com o Ensino Médio para 300 jovens e adolescentes do território da microárea de atuação da unidade educacional.

5.1.3.1 Distribuição da Faixa Etária

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) atendia no ano de estudo aproximadamente trezentas crianças e adolescentes nos períodos matutino e vespertino, em projetos pedagógicos cujas temáticas se utilizam da pesquisa, da arte e da ludicidade na discussão de temáticas inerentes aos eixos curriculares do serviço: Habilidades para a Vida, Direitos Humanos, Projeto de Vida, Expressão e Criatividade; Território e Letramento.

É possível perceber na Figura 3, que a maior parte dos atendimentos no SCFV concentra-se no período vespertino (201 crianças e adolescentes) e a menor parte no período matutino (99 crianças e adolescentes).

Figura 3 – Distribuição por faixa etária da população atendida no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no ano de 2017.

Observa-se na Figura 3, que no período matutino há uma maior concentração de crianças mais novas, entre 06 e 11 anos de idade (63% no período), enquanto no vespertino a maior parte do público do SCFV é composta por adolescentes entre 12 e 17 anos (cerca de 70% no período). Olhando para o todo, é possível notar que 58% do atendimento é com adolescentes de 12 a 17 anos e 48% é com crianças de 06 a 11 anos. Essa divisão de faixa etária é importante em termos de distribuição dos atendimentos nos projetos oferecidos pela unidade educacional.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e da Norma Operacional Básica do (SUAS) a Vigilância Socioassistencial no eixo da vigilância de riscos e vulnerabilidades busca realizar a identificação de situações nos territórios, especificando sempre que possível os fatores de vulnerabilidade e os grupos, famílias ou indivíduos afetados por tais fatores. A quantificação da população afetada permite estimar a demanda potencial para o serviço ou benefício que deverá prover a ação protetiva. Se considerarmos, por exemplo, o trabalho infantil (fator de vulnerabilidade), a quantidade de crianças afetadas integra a demanda potencial para o SCFV dirigido a essas faixas etárias. Da mesma forma, pode-se considerar que crianças de famílias em situação de pobreza (fator de vulnerabilidade) não incluídas em escolas de tempo integral (fator de vulnerabilidade), que residem em territórios com altos índices de violência (fator de vulnerabilidade) e que permanecem parte do dia sem a companhia de um adulto (fator de vulnerabilidade), igualmente compõem a demanda potencial para o SCFV.

5.1.3.2 Renda per Capita

Podemos observar na Figura 4, que dois terços das crianças e adolescentes atendidos no SCFV vivem em famílias cuja renda per capita é de até meio salário mínimo (193 crianças e adolescentes, isto é, 64% dos atendidos). Entre estes, 46 crianças e adolescentes 15% do total, encontram-se em situação de pobreza e extrema pobreza, auferindo renda per capita de até R\$170,00.

De acordo com os dados do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (SEADE, 2010) a renda per capita dos vulneráveis a pobreza no município de Ribeirão Preto é de R\$176,39.

Figura 4 – Distribuição da renda per capita das famílias atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no ano de 2017.

5.1.3.3 Benefícios Recebidos pelas Famílias

Compõem a renda de muitas destas famílias, conforme apresentados na Figura 5, os programas de transferência de renda como Bolsa Família, além de alguns benefícios federais.

Figura 5 – Distribuição dos benefícios recebido pelas famílias atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no ano de 2017.

Observando a Figura 5, percebe-se que há um número expressivo de (69 famílias) que participam do Programa Bolsa Família (PBF) representando 23% das famílias atendidas na unidade educacional.

O Programa Bolsa Família (PBF) está previsto na Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e outras normas. Este por sua vez faz parte do sistema de Proteção Social brasileiro instituído pelo Estado e unificado nos anos 1990 a outros benefícios de nível estadual e municipal. O PBF transfere renda diretamente as famílias mais pobres e tem como objetivo o enfrentamento e alívio imediato da pobreza e as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. São beneficiadas famílias em situação de pobreza extrema, com renda entre R\$0,00 e R\$85,00 por pessoa e de pobreza, com renda entre R\$85,01 e R\$170,00 por pessoa (BRASIL, 2015).

Nota-se que (16 famílias) possuem renda oriunda das pensões, sendo alimentícia ou por morte que representa aproximadamente 5% das famílias. A primeira diz respeito ao direito da criança e do adolescente receber valor determinado judicialmente, conforme a renda declarada por um dos genitores em caso de divórcio e separação. De acordo com os dados de sistema de cadastro interno da unidade educacional a maioria das famílias que declaram receber este benefício é monoparental feminina, na qual a mãe é a responsável pelos cuidados e sustento dos filhos, e o pai é o provedor da pensão. Já a segunda (pensão por morte), se trata de um benefício previdenciário, de direito dos dependentes do assegurado falecido, porém este precisa ter sido contribuinte junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para garantir que o benefício seja perene ou temporário.

Observam-se também famílias do SCFV que estão ativas junto ao INSS, e afastadas do trabalho formal, recebendo auxílio-doença (07 famílias) e seguro desemprego (07 famílias) somando 4,66%. Muitos destes casos são pontuais e com prazos determinados, isto é, assim permanecem até que retornem ao trabalho, ou seja, reinseridas no mercado. Portanto é uma característica de família flutuante e que está sempre em mudança de seu status. Observa-se ainda (04 famílias) que recebem aposentadoria pelo INSS e (06 famílias) com outros benefícios somando 3,33%.

5.1.3.4 Situação da Moradia

Na Figura 6, observa-se que 59% das crianças e adolescentes do SCFV residem em casas próprias. Sendo que cerca de 21% das famílias pagam aluguel; outros 20% residem em casas cedidas, por ocupação e/ou compartilhada.

Figura 6 – Distribuição da situação de moradia das famílias atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no ano de 2017.

Observamos na Figura 6, que mais de 50% das famílias residem em casa própria, entretanto de acordo com os dados internos do sistema de registro de cadastro da unidade educacional muitas destas casas encontram-se em áreas de ocupação irregular e, portanto, são moradias irregulares e contam com pouca qualidade de infraestrutura. Ao mesmo tempo, constata-se que apesar de ter um elevado índice de famílias em situação de pobreza e pobreza extrema, cerca de 21% destas famílias pagam aluguel – elemento que reduz ainda mais o poder aquisitivo destas famílias.

5.1.3.5 Número de Moradores por Residência

Conforme apresentado na Figura 7, a maior parte das crianças e adolescentes do SCFV habitam residências onde vivem entre 4 e 5 moradores representando cerca de 59,66% das crianças e adolescentes. Cerca de 29,33% das crianças e adolescentes habitam residências onde vivem entre 2 e 3 moradores e 33 crianças e adolescentes vivem em casas com 6 ou mais moradores representando 11%.

Figura 7 – Distribuição de moradores por residência das famílias atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no ano de 2017.

De acordo com os dados internos do sistema de cadastro da unidade educacional a maior parte das crianças e adolescentes atendidas na unidade residem no território de estudo, área caracterizada por ocupação irregular e que conta com muitas casas de tamanho reduzido, com poucos cômodos e, assim, pouco espaço de privacidade para seus moradores.

5.1.3.6 Composição Familiar

Conforme nos apresenta a Figura 8, a maior parte das famílias atendidas no SCFV conta com composição familiar nuclear 58%. Ao mesmo tempo, vemos um elevando número de famílias cuja composição familiar é monoparental 39%, em geral, contando com apenas um dos

genitores (mulheres em sua maior parte) ou um outro responsável adulto, residindo com crianças e adolescentes.

Figura 8 – Distribuição da composição familiar das famílias atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no ano de 2017.

De acordo com Moreira et al. (2012) em princípio, as famílias com arranjo monoparental feminino de baixo rendimento monetário são especialmente vulneráveis devido ao fato de que, possivelmente, não exista outra pessoa no domicílio para a divisão das tarefas de cuidado e de manutenção econômica da família. Além disso, as mulheres sofrem diversos preconceitos que impõem uma pior inserção no mundo do trabalho. Algumas evidências de pesquisas qualitativas apontam para um possível impacto do próprio PBF na formação de tais arranjos, na medida em que o benefício financeiro do Programa pode apoiá-las na dissolução de relações mantidas meramente pela dependência econômica.

5.1.3.7 Naturalidade das Famílias

A Figura 9, mostra que muitas das famílias atendidas no SCFV são constituídas por migrantes que se estabeleceram na cidade há alguns anos. Nota-se que a maior parte dos pais/responsáveis é natural de outras cidades e/ou estados; a maior parte das crianças e

adolescentes é natural de Ribeirão Preto. Ainda assim, observa-se que 48 destas crianças e adolescentes 16% vieram também com seus pais/responsáveis de outras cidades e regiões.

Figura 9 – Distribuição da naturalidade das famílias atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no ano de 2017.

5.1.3.8 Escolaridade dos Responsáveis

Em termos de escolaridade dos pais/responsáveis, observa-se na Figura 10, que (116 pais/responsáveis) possuem apenas o Ensino Fundamental Incompleto (cerca de 38%); outros (115 pais/responsáveis) atingiram o Ensino Médio (cerca de 38%), desses apenas (73 pais/responsáveis) conseguiu completar esta modalidade (cerca de 24%). Verifica-se, ainda (4 pais/responsáveis) que se declaram analfabetos representando 1,33% e apenas (2 pais/responsáveis) que conseguiram concluir o Ensino Superior representando 0,66%.

Figura 10 – Distribuição da escolaridade dos responsáveis pelas crianças e adolescentes atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no ano de 2017.

É possível notar na Figura 10, que um número expressivo de (202 pais/responsáveis) não concluíram a Educação Básica com a etapa e modalidade de Ensino Médio (cerca de 67% dos pais/responsáveis). Sabemos que à baixa escolaridade, correspondem a baixa qualificação profissional, a precarização do trabalho e a baixa renda, além das outras questões que impactam na qualidade de vida e na vivência plena da cidadania. Esse dado mostra que, mesmo diante dos grandes avanços da educação básica brasileira nos últimos anos, essas famílias ainda carregam um passivo de adultos muito pouco escolarizados, com potenciais dificuldades para exercer a sua cidadania (BRASIL, 2013).

5.1.4 Perfil de Atendimento da Educação Básica no segmento do Ensino Médio

5.1.4.1 Distribuição do Atendimento

Pode-se observar na Figura 11, que o maior público do Ensino Médio estava matriculado no período matutino com (180 jovens e adolescentes) representando 60% dos estudantes e no período noturno estavam matriculados (120 jovens e adolescentes) representando 40% dos estudantes. No período matutino haviam 02 (duas turmas) da 1ª série do Ensino Médio, 02 (duas turmas) da 2ª série do Ensino Médio e 02 (duas turmas) da 3ª série do Ensino Médio, e no

período noturno haviam 02 (duas turmas) da 1ª série do Ensino Médio, 01 (uma turma) da 2ª série do Ensino Médio e 01 (uma turma) da 3ª série do Ensino Médio.

Figura 11 – Distribuição por período da população atendida no Ensino Médio no ano de 2017.

5.1.4.2 Renda Per Capita

O principal critério de inserção no Ensino Médio na unidade educacional é que a família não ultrapasse um salário mínimo e meio per capita. A partir disso, podemos observar, na Figura 12, a distribuição da renda per capita entre os jovens e adolescentes do Ensino Médio.

Figura 12 – Distribuição da renda per capita das famílias atendidas no Ensino Médio no ano de 2017.

Observa-se na Figura 12, que 67% dos jovens e adolescentes atendidos no Ensino Médio contam com renda familiar per capita de até meio salário mínimo (R\$468,00 por pessoa na família) e cerca de 16% dos jovens e adolescentes encontram-se em situação de pobreza e extrema pobreza, auferindo renda de até R\$170,00 per capita. Cerca de 32% dos jovens e adolescentes dos trezentos matriculados no Ensino Médio possuem renda familiar entre 1 e 1,5 salário mínimo per capita.

5.1.4.3 Benefícios Recebidos pelas Famílias

Assim como no SCFV, compõem a renda familiar de 22,33% dos jovens e adolescentes do Ensino Médio os benefícios e as pensões recebidas pelo governo somando (67 famílias). Dos 300 jovens e adolescentes matriculados no Ensino Médio (46 famílias) recebem benefício do Programa Bolsa Família (PBF), programa de transferência de renda do governo, representando 15,33% das famílias atendidas, conforme mostra a Figura 13.

Figura 13 – Distribuição dos benefícios recebido pelas famílias atendidas no Ensino Médio no ano de 2017.

5.1.4.4 Situação de Moradia

Observa-se na Figura 14, que a maior parte dos jovens e adolescentes habitam em casas próprias 56% das famílias. No entanto, de acordo com os dados internos do sistema de cadastro da unidade educacional, muitas destas casas encontram-se em áreas de ocupação irregular, situadas em grande parte no bairro do território de estudo, bairro que já tem cerca de trinta anos de existência. As casas identificadas como de ocupação, em geral são moradias pertencentes às áreas ocupadas nos últimos cinco anos. Embora possuam baixa renda, 19,33% das famílias atendidas no Ensino Médio vivem em casas alugadas.

Figura 14 – Distribuição da situação de moradia das famílias atendidas no Ensino Médio no ano de 2017.

5.1.4.5 Número de Moradores por Residência

Quanto ao número de moradores por residência, é possível observar na Figura 18, que a maior parte dos jovens e adolescentes do Ensino Médio residem em casas com até (5 moradores) o que representa 88,33% das famílias. Ao mesmo tempo, nota-se que (34 crianças e adolescentes) residem em casas com mais de (6 moradores) representando 11,33% das famílias.

Figura 15 – Distribuição de moradores por residência das famílias atendidas no Ensino Médio no ano de 2017.

5.1.4.6 Composição Familiar

Quanto à composição familiar, a Figura 16, mostra que 61% dos jovens e adolescentes do Ensino Médio vivem em famílias de composição familiar nuclear e um elevado número de famílias de composição monoparental com 37% que na sua maioria são femininas.

No que tange aos arranjos familiares, entre as famílias cadastradas no SCFV e no Ensino Médio, o percentual de composição monoparental é muito semelhante. Observa-se um percentual monoparental no SCFV de 39% e no Ensino Médio de 37% das famílias atendidas na unidade.

De acordo com os dados internos do sistema de cadastro da unidade é possível verificar que entre as famílias monoparentais na sua maioria são femininas (composta pela mãe) e há predominância da situação de pobreza e extrema pobreza dessas famílias.

Figura 16 – Distribuição da composição familiar das famílias atendidas no Ensino Médio no ano de 2017.

5.1.4.7 Naturalidade das Famílias

Quanto à origem, identificamos um elevado número de famílias cujos pais/responsáveis nasceram em outras cidades e/ou regiões, mas cujos filhos são nascidos, em grande parte, na cidade de Ribeirão Preto. Ao mesmo tempo, observa-se uma forte presença de jovens e

adolescentes que também nasceram em outras cidades ou estados cerca de (69 crianças e adolescentes) representando 23%, conforme é apresentado na Figura 17.

Figura 17 – Distribuição da naturalidade das famílias atendidas no Ensino Médio no ano de 2017.

5.1.4.8 Escolaridade dos Responsáveis

Em termos de escolaridade dos pais/responsáveis, percebe-se na Figura 18, que cerca de 59% dos pais/responsáveis pelos atendidos possuem apenas o Ensino Fundamental incompleto, um número superior ao SCFV. Percebe-se também que 25,66% dos pais/responsáveis alcançaram o Ensino Médio e destes 16,66% conseguiram concluí-lo. É possível observar ainda que apenas (6 pais/responsáveis) alcançaram o Ensino Superior, representando 2%, no entanto apenas (2 pais/responsáveis) o completaram representando apenas 0,66% dos pais/responsáveis pelos jovens e adolescentes matriculados no Ensino Médio com Ensino Superior completo.

Figura 18 – Distribuição da escolaridade dos responsáveis pelos adolescentes atendidos no Ensino Médio no ano de 2017.

Estas informações permitem inferir sobre algumas questões. Entre elas, supor que a baixa escolarização dos pais/responsáveis, consequentemente um possível baixo letramento da família, pode corresponder o baixo letramento também dos jovens e adolescentes do Ensino Médio. Sabe-se que apenas a frequência à escola não é suficiente para o maior desenvolvimento das crianças e jovens. Um capital cultural restrito dificulta o envolvimento escolar e a aprendizagem destes sujeitos.

De acordo com Arruda et al. (2010) que analisou o comportamento e a saúde mental da população infanto-juvenil brasileira, em sua pesquisa mostrou que filhos de pais analfabetos ou que não terminaram o Ensino Fundamental têm uma chance até 480% maior de ter baixo desempenho escolar quando comparados a filhos de pais com curso superior completo. Segundo os pesquisadores, a explicação para a essa influência está no estímulo que as crianças recebem dentro de casa.

5.2 MAPEAMENTO

5.2.1 Vulnerabilidades Sociais no Território

Em 2016, houve o fechamento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), unidade pública e estatal, integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que presta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos com seus direitos violados, que estava implantado na região há algumas décadas, onde os técnicos de referência possuíam boa apropriação e conhecimento das famílias e do perfil da comunidade. Também ocorreu o esvaziamento de técnicos alocados nos Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) unidade pública estatal, que realiza serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços sócio assistencial local que, conforme o SUAS, é a porta de entrada para atendimento nestes serviços. Nos Serviços de Apoio Comunitário (SAC), também houve um afastamento de técnicos por saúde e aposentadorias que não foram substituídas, e os serviços fechados ou migrados para outros locais, dificultando acessos da população e continuidade dos acompanhamentos. Entidades que ofereciam Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV), creches e educação infantil também sofreram interferência com esta realidade, algumas fechando seus serviços ou diminuindo o número de atendimentos. Este movimento não ocorreu somente na assistência social, mas também em outras políticas públicas. Ainda no mesmo ano a política de educação fechou salas de Ensino Fundamental e Ensino Médio nas escolas da região, transferindo os alunos para outras escolas e superlotando as salas de aulas. A política de saúde teve o fechamento do Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi), que atendia crianças e adolescentes em uso e envolvimento de drogas lícitas e ilícitas, porém devido a questões múltiplas e de segurança, os gestores do município entenderam por fechar este serviço ao invés de se organizar junto a segurança pública para garantir continuidade do atendimento à população. Outras políticas públicas como cultura, esporte e lazer, segurança pública e habitação são muito frágeis e pouco efetivas não conseguindo chegar a esta região da cidade.

Desde a chegada da equipe psicossocial no quadro de colaboradores da unidade educacional de estudo, notou-se uma maior demanda por atendimento psicológico as crianças e adolescentes e seus familiares atendidos pela unidade educacional.

Na busca por psicoterapia ou atendimentos mais especializados esbarramos na ausência de profissionais nas Unidades Básicas de Saúde (UBS's) próximas, bem como, longo período de espera para encaminhamentos. As universidades e demais centros de formação estão

geograficamente distantes, acarretando custo no deslocamento, que somado a necessidade de acompanhamento de um responsável, impede muitas vezes a adesão das famílias ao tratamento.

De acordo com o CNAS (2004), a vulnerabilidade social é um conceito complexo e multifacetado que não se manifesta da mesma forma, mas que exige uma análise especializada para seu enfrentamento. Ao contrário do que o senso comum define a vulnerabilidade social não é sinônimo de pobreza, mas pode ser intensificada por ela. O termo é amplo e abrange questões como privação/ausência de renda, precário acesso aos serviços públicos e das redes de atendimentos, fragilização de vínculos familiares e comunitários, discriminações (racial, de gênero e sexual), deficiências, dificuldade de acesso a direitos, etc. Todas estas questões quando não prevenidas ou enfrentadas tendem a tornar-se uma violação de direitos.

No atendimento da equipe técnica da unidade educacional, percebe-se que a maioria das questões estão relacionada à fragilização dos vínculos que é a ação de diminuir ou tornar mais frágil a capacidade do indivíduo em ultrapassar determinadas barreiras e desafios que se apresentam em sua vida pessoal, familiar, social e comunitária, perdendo assim as referências que dariam suporte para esta superação.

Em comparação aos dados internos do sistema de cadastro e registro na unidade educacional do ano de 2016, em 2017 houve redução do número de crianças e adolescentes na lista de vulnerabilidades, porém nota-se que apesar de diminuir o número de crianças e adolescentes na lista, aumentou significativamente a intensidade da vulnerabilidade e a atenção prioritária dispensadas a estes e às suas famílias.

O CNAS (2004) estabelece a Proteção Social Especial (PSE) que é uma modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

Diante do exposto acima na Figura 19, estão apresentados a compilação dos dados registrados internamente no sistema da unidade educacional que demonstram violações de direitos onde a violação primária era majoritariamente a fragilidade de vínculos 51%, seguida de questões relativas à saúde 24%, consumo de drogas 7% e violência doméstica 7%, pobreza extrema 4%, envolvimento com o tráfico 3% e trabalho infantil 3% e abuso sexual 1%.

Figura 19 – Distribuição das violações de direitos primárias das crianças e adolescentes atendidas na unidade educacional no ano de 2017.

As violações primárias são as primeiras e mais aparentes formas de violação de direitos elencadas na vida das crianças, jovens e adolescentes do território. São as que possuem números relevantes no atendimento da equipe psicossocial, pois subsidiam o trabalho de intervenção, mediação, e ações de prevenção a serem tomadas.

No âmbito do SUAS a PSE organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado destinado a este público alvo. Os serviços têm estreita interface com o sistema de garantia de direitos e outras políticas públicas setoriais (BRASIL, 2009).

As Escolas, as Polícias, as Igrejas são parceiras imprescindíveis para identificação dessas situações de violações de direitos e notificações aos órgãos competentes que norteiam as ofertas de serviços socioassistenciais no município e na região, estabelecendo instrumentos e fluxos necessários à sua implementação e funcionamento, em especial, os serviços de média e alta complexidade como a oferta do SCFV no território (BRASIL, 2004).

A principal violação secundária, é referente à saúde 20%, seguida por fragilidade de vínculos 19%, uso de drogas 16%, envolvimento com tráfico 13% pobreza extrema 8%, negligência e violência doméstica 7%, exploração sexual 5%, trabalho infantil 4% e cumprimento de medida sócio educativa em decorrência de ter praticado ato infracional 1%, conforme é apresentado na Figura 20.

Figura 20 – Distribuição das violações de direitos secundárias das crianças e adolescentes atendidas na unidade educacional no ano de 2017.

As violações de direitos secundária, são as segundas maiores violações que se desencadeiam após as primárias no território, gerando vulnerabilidades e risco na vida das crianças, jovens e adolescentes. São consideradas pois demonstram dados importantes no atendimento da equipe psicossocial.

Com base nas referências da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e da Norma Operacional Básica do SUAS depreende-se que a Vigilância Socioassistencial no eixo da vigilância de riscos e vulnerabilidades ocupa-se também do monitoramento da incidência das situações de violência e violação de direitos (BRASIL, 2013). Esse monitoramento é importante não apenas pelo fato de que esses eventos repercutem sobre a demanda por serviços, mas sobretudo pelo fato de que manifestam graves situações que necessitam ser prevenidas e combatidas. Identificar no território a maior incidência, as variações no volume de ocorrências e o perfil das vítimas permite aprimorar as ações de prevenção e de combate às situações, além de ações de aprimoramento dos próprios serviços responsáveis pelo atendimento das vítimas. O Brasil ainda carece de normas e procedimentos que possibilitem a produção qualificada de dados e de estatísticas nacionais sobre violências e violações de direitos; nesse sentido torna-se muito importante a construção de diagnósticos locais e o correto e preciso registro e quantificação das situações atendidas na própria rede socioassistencial.

A equipe técnica psicossocial da unidade educacional, mantinha uma média de 20 a 25 casos em acompanhamento por profissional. A permanência na lista de maior vulnerabilidade

dependia da matrícula no serviço oferecido pela unidade educacional, da permanência da criança e adolescente ou familiar no território no qual a unidade em questão está inserida e mesmo da possibilidade de superação das fragilidades que a família, crianças ou adolescente vivenciam. Nas Figura 21 e 22, é possível observar os casos em acompanhamentos por serviço.

Figura 21 – Distribuição dos casos em acompanhamento por serviço na unidade educacional no ano de 2017.

Observa-se na Figura 21, que a maioria dos casos atendidos se referiam aos estudantes matriculados no Ensino Médio onde cerca de (55% dos jovens e adolescentes) recebiam acompanhamento da equipe técnica psicossocial, número este que se mostrou evidente nos atendimentos e mediações efetuadas quase que diariamente pela equipe técnica da unidade educacional e cerca de 44% dos acompanhamentos se referiam ao SCFV e apenas 1% da comunidade.

Cabe salientar que a maioria das crianças e adolescentes matriculados e encaminhados para acompanhamento da equipe técnica psicossocial no ano de 2017 foram referenciadas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Conselho Tutelar, o que caracteriza que tais famílias e/ou indivíduos estavam em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.) conforme estabelece a PSE (BRASIL, 2013).

Figura 22 – Distribuição dos casos em acompanhamento por período no Ensino Médio no ano de 2017.

Podemos observar na Figura 22, que 60% dos casos em acompanhamento no Ensino Médio pertenciam ao período matutino e 40% dos casos pertenciam ao período noturno. Vale salientar que o maior público do Ensino Médio estava matriculado no período matutino com (180 jovens e adolescentes) e no período noturno estavam matriculados (120 jovens e adolescentes). De acordo com os dados internos do sistema de registro da unidade educacional 47% dos casos em acompanhamento por alta vulnerabilidade eram advindos do Ensino Médio, onde desses 40% dos casos (16 jovens e adolescentes) estavam matriculados e frequentando o período noturno. Os outros 60% (24 jovens e adolescentes) frequentavam o período matutino. A proporção do atendimento considerando o tamanho do público no Ensino Médio por período foi a mesma: 13% dos jovens e adolescentes no período matutino é composta por estudantes em situação de maior vulnerabilidade e 13% dos jovens e adolescentes do período noturno encontram-se nesta mesma situação.

Essa complexidade dos atendimentos não se resume somente à proteção social básica, perpassam também pela média e alta complexidade que, em muitos casos, não são acompanhados pelo poder público conforme dispõe a legislação.

O PNAS (2004) prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada.

5.2.2 Equipamentos Sociais no Território

Na Tabela 02, pode-se conhecer o volume dos atendimentos prestados, bem como algumas informações de demanda no atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo em Entidades Sociais, em geral Filantrópicas localizadas próximo a unidade educacional.

Tabela 2: Distribuição de atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo em Entidades de Instituições Privadas no território de estudo no ano de 2017.

Entidade	Número atendidos	Faixa etária	Horário atendimento	Lista de Espera
<i>Unidade Educacional</i>	300	06 a 17 anos	Manhã e tarde	246 famílias
<i>Entidade 1</i>	120	06 a 14 anos	Manhã e tarde	237 famílias
<i>Entidade 2</i>	180	06 a 15 anos	Manhã e tarde	80 famílias
<i>Entidade 3</i>	80	06 a 15 anos	Manhã e tarde	60 famílias
<i>Entidade 4</i>	50	06 a 14 anos	Manhã	não contabilizado
<i>Entidade 5</i>	90	06 a 14 anos	Manhã e tarde	30 famílias

Fonte: SEMAS, 2017.

A unidade educacional, atendia no ano de estudo o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) desde 2002 com prioridade ao público residente no bairro do território e bairros mais próximos a unidade educacional. Esse serviço atende o maior número de crianças e adolescentes, e contempla a faixa etária de jovens e adolescentes até os 17 anos completos, além de possuir a maior demanda reprimida da região, conforme apresentado na Tabela 2.

A Entidade 1, possui uma longa história na região, pois foi fundada no ano de 1989, tem caráter religioso e está diretamente ligada a paróquia principal da comunidade. Segundo a técnica da entidade a maior procura por vagas é para a faixa etária de 09 a 11 anos. A instituição possui uma lista de espera de (237 famílias) que aguardam vaga desde o ano de 2014.

A Entidade 2, também é tradicional na região, e iniciou seu atendimento em regime de creche para crianças de 03 a 06 anos. Somente a partir do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Tipificação em 2009, esta instituição passou a reorganizar seu Serviço para a

política de assistência social, atendendo o público de 06 a 15 anos através do Serviço de Convivência. A entidade social passou por momento de reorganização devido ao cenário de mudanças políticas e econômicas, o que impactou diretamente no atendimento ao público-alvo. No ano de 2017 houve necessidade de reduzir quadro de recursos humanos (RH) e consequentemente reduzir turmas/oficinas, porém para não afetar a meta de atendimento optaram por aumentar a quantidade de crianças e adolescentes em cada turma. Quanto à lista de espera, a maior procura é para primeira infância e, principalmente para a faixa etária de 06 e 08 anos. Segundo a assistente social, tal perfil se dá pela herança de atendimento em creche que marcou a história da Entidade na região.

A Entidade 3, divide suas vagas de acordo com a faixa etária sendo: 60 vagas para crianças de 6 a 12 anos e 20 vagas para adolescentes de 13 a 15 anos. Tal divisão se dá pela maior procura por vagas também na infância e perfil de oficinas oferecidas pelos educadores sociais da entidade. O índice de desistência e evasão do serviço é baixo e a maioria dos desligamentos ocorre por retorno às cidades de origem que são principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

A Entidade 4, está alocada no complexo de favelas e atendia no ano de estudo a população local há aproximadamente 12 anos, iniciando seu trabalho com doação de alimentos para as famílias. A partir da Tipificação a entidade aderiu o SCFV e reorganizou suas ações conforme previsto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Devido a condições de espaço físico e recursos financeiros a entidade atende crianças e adolescentes somente no período da manhã.

A Entidade 5, está localizada numa área mais próxima ao centro da cidade e de bairros mais tradicionais do território. O maior número de atendimentos também é para crianças de 06 a 11 anos, sendo 60 vagas no período da manhã e 30 vagas no período da tarde para adolescentes de 12 a 14 anos. A assistente social relatou que a maioria das crianças e adolescentes são moradores de outros bairros vizinhos com índices de maior vulnerabilidade. Tal fato ocorre devido ao bairro da entidade, ser tradicional na cidade, com perfil de pessoas idosas e sem filhos menores de idade.

Na Tabela 3, é possível observar os Núcleos municipais existente no território, onde a unidade educacional está inserida, esses Núcleos realizam atendimentos a crianças e adolescentes que variam a faixa etária entre 6 a 17 anos.

Tabela 3 – Distribuição de atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo em Núcleos municipais no território de estudo no ano de 2017.

Núcleo	Número atendidos	Faixa etária	Horário atendimento	Lista de Espera
<i>Núcleo 1</i>	53	06 a 14 anos	Manhã e Tarde	80 famílias
<i>Núcleo 2</i>	61	06 a 17 anos	Manhã e Tarde	CRAS - não contabilizado
<i>Núcleo 3</i>	86	06 a 15 anos	Manhã e Tarde	20 famílias
<i>Núcleo 4</i>	90	06 a 16 anos	Manhã e Tarde	CRAS - não contabilizado
<i>Núcleo 5</i>	98	06 a 15 anos	Manhã e Tarde	CRAS - não contabilizado

Fonte: SEMAS, 2017.

O Núcleo 1, é um dos mais próximos à unidade educacional, está alocado em prédio municipal juntamente com o serviço do Posto de Saúde. Atendem até a faixa etária de 14 anos, porém o maior número de crianças está concentrado na faixa de 06 a 09 anos. Tal perfil se dá pela característica de oficinas e atividades oferecidas, não atraindo o público adolescente.

O Núcleo 2, está localizado em um dos bairros com maiores índices de violência da região, atende até a faixa etária de 17 anos, porém a adesão para esta faixa etária é bem pontual, pois a maioria dos adolescentes ao completarem 14 anos estão em busca de inserção no mercado de trabalho.

A região atendida pelo Núcleo 3, também é muito populosa e está alocada ao lado de uma das maiores escolas estaduais de Ensino Fundamental da região. É um atendimento legítimo na região e com alto número de adesão e frequência.

O Núcleo 4, está alocado no espaço do Horto Municipal da cidade, porém o local está praticamente “abandonado” pela prefeitura municipal e o acesso apresenta alto risco para as crianças e adolescentes. O núcleo possui número de vagas considerável, porém com alto índice de evasão. A maior demanda é de crianças de 05 a 07 anos e em idade de educação infantil, isso se dá pela escassez de creches na região.

Por fim, o Núcleo 5, é o que possui maior número de atendimentos, mas ainda assim a coordenadora ressaltou a grande quantidade de famílias que semanalmente procuram vagas no serviço.

Importante ressaltar o quanto os serviços públicos estão defasados na região e os Núcleos municipais por vezes atendendo ao público-alvo com equipe reduzida que acaba por ter que desenvolver múltiplas funções, para além da escassez de recursos materiais e condições

precárias de infraestrutura. A cidade ainda possui uma cultura de atendimento assistencialista nos Núcleos, com atividades pontuais, por vezes desconexas da proposta do Serviço, bem como das características do público e da comunidade. Esta pode ser uma explicação para a elevada evasão de adolescentes que por vezes não se identificam ou não reconhecem o Serviço como legítimo e importante em suas vidas e no seu desenvolvimento social.

Quanto à demanda reprimida em lista de espera, os Núcleos estão diretamente articulados com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) unidade pública estatal, localizado em áreas de vulnerabilidade social, realiza serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços sócio assistenciais locais que, conforme o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é a porta de entrada para atendimento nestes serviços. Portanto, a maioria das famílias que procuram vagas são encaminhadas diretamente para o CRAS que realiza atendimento a análise das demandas e que faz a contra referência da família para o Núcleo mais próximo de sua residência. Somente dois Núcleos souberam informar a média de famílias aguardando vagas.

Diante dos dados qualitativos e quantitativos, percebe-se o quanto o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) da unidade educacional de estudo é importante na comunidade e para o território. Isto não somente pela proporção do seu atendimento, mas pela qualidade do serviço ofertado. Percebe-se a procura incessante de famílias da região em busca de vagas durante todo o ano, bem como um alto número de encaminhamentos recebidos do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelos direitos da criança e do adolescente, do CRAS unidade pública estatal que realiza serviços de proteção social básica, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), unidade pública e estatal, integrante do SUAS que presta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos com seus direitos violados, escolas públicas e municipais da região e até mesmo de outras Entidades Sociais do território. No ano de 2017 a média de encaminhamentos recebidos pela rede socioassistencial foi de 28 famílias.

Constantemente os serviços da rede socioassistencial, seja de órgãos públicos ou privados, referenciam o atendimento realizado pela unidade educacional, realizam visitas ao espaço com frequência, e aderem à convites para a participação em momentos de formação continuada realizados e oferecidos pela unidade educacional de estudo.

A lista de espera está em constante atualização, foi possível perceber um aumento significativo do número de famílias procurando o serviço desde o ano de 2016. Mesmo com a oferta de outros Serviços de Convivência públicos e privados, a comunidade do território ainda

possui muitas crianças e adolescentes ociosos e em situação de rua no período oposto ao escolar. Informação esta que pode ser analisada a partir dos dados internos do sistema de registro e quantidade de frequência de crianças e adolescentes nos projetos e atendimentos da biblioteca da unidade educacional, que alguns dias da semana abrem seu espaço para receber o público comunitário do território.

5.2.3 Escolas Públicas do Território

O território conta com a presença de 16 escolas públicas de educação básica, entre municipais e estaduais, atendendo desde o Ensino Fundamental I até o Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos bairros mais próximos à unidade educacional, sem contar com a unidade de estudo. A Figura 23 apresenta as escolas públicas localizadas no território de atuação próximo da unidade educacional.

Figura 23 – Imagem aérea de escolas públicas no território de atuação da unidade educacional.

Fonte: Google Earth, 2019.

Legenda: Verde: Ensino Fundamental I - Amarelo: Ensino Fundamental II - Vermelho: Ensino Médio - Laranja: Ensino Fundamental e Ensino Médio

Na Tabela 4, pode-se verificar as modalidades de atendimento, os turnos e o número de matriculados atendidos em (10) destas escolas. Para ampliar o foco do estudo, optou-se por observar apenas as escolas mais próximas e/ou aquelas de onde chegam estudantes para se matricular no Ensino Médio da unidade educacional, ou que atendem maior número de crianças e adolescentes no SCFV da unidade.

Tabela 4 – Distribuição dos segmentos, turnos e número de alunos das escolas públicas mais próximas a unidade educacional no ano de 2017.

Escola	Segmento	Turnos	Alunos
<i>Escola 1</i>	Ensino Médio Ensino Fundamental II	Manhã, Tarde e Noite	600
<i>Escola 2</i>	Ensino Fundamental I e II	Manhã e Tarde	740
<i>Escola 3</i>	Ensino Fundamental II	Manhã e Tarde	513
<i>Escola 4</i>	Ensino Fundamental I e II	Manhã e Tarde	795
<i>Escola 5</i>	Ensino Fundamental I	Manhã e Tarde	700
<i>Escola 6</i>	Ensino Fundamental I	Manhã e Tarde	600
<i>Escola 7</i>	Ensino Fundamental I EJA (Fund. I)	Manhã, Tarde e Noite	740
<i>Escola 8</i>	Ensino Fundamental I EJA (Fund. I e Fund. II)	Manhã, Tarde e Noite	812
<i>Escola 9</i>	Ensino Médio Ensino Fundamental I e II	Manhã e Tarde	850
<i>Escola 10</i>	Ensino Médio EJA (Fund. I e Fund. II)	Manhã, Tarde e Noite	1170
Total de atendidos			7520

Fonte: SME, 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu realizar um diagnóstico e mapeamento do perfil da comunidade atendida de uma unidade educacional em área de vulnerabilidade social.

Os perfis das famílias atendidas pela unidade educacional são de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Somam-se à baixa renda, a precarização do atendimento público na saúde, na educação; as condições de moradia; a falta de infraestrutura adequada e investimento e planejamento urbano, sobretudo nas áreas onde se concentram as populações empobrecidas; as múltiplas violências que perpassam desde a violação de direitos; as violências no âmbito doméstico e a violência urbana. Todos estes elementos compõem o quadro da pobreza que vulnerabiliza o público atendido na unidade educacional. Muitas das condições dessas famílias, crianças e adolescentes estavam associadas à situação de pobreza com remuneração abaixo da linha da pobreza, desigualdade social, situação de moradia precária, baixa escolaridade, pouca ou nenhuma qualificação para o trabalho, reforçando a importância de garantir as famílias acesso às políticas públicas e a educação, assim como promover proteção social, reconhecendo as demandas da comunidade e do território.

Nesse cenário, a implementação de políticas públicas, parcerias entre instituições de ensino e atores sociais são capazes de modificar o quadro social e educacional da comunidade e seu entorno.

Conhecer o perfil da comunidade, o contexto local e as condições de vida das famílias ajudam a pensar e planejar as prioridades de ações e projetos a serem desenvolvidos, bem como avaliá-los criticamente de acordo com a realidade de vida dessas famílias.

Sendo assim, espera-se que este estudo contribua para o planejamento das ações e aperfeiçoamento do processo educativo, com base no perfil de atendimento da comunidade de estudo, suas necessidades, características e singularidades.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ADAS, S. A luta pela vida e pelo espaço: os trabalhadores sem-teto. In: FERNANDES, Maria Esther (coord.). **A cidade e seus limites: as contradições do urbano na “Califórnia brasileira”**. São Paulo: Annablume; FAPESP; Ribeirão Preto: UNAERP, 2004.

ALVES, R. **Aprendiz de Mim**: um bairro que virou escola. Campinas: Papirus, 2004.

ARRUDA, M. et al. **Projeto Atenção Brasil**: Saúde Mental e desempenho escolar em crianças e adolescentes brasileiros. Análise dos resultados e recomendações para o educador com base em evidências científicas. Ribeirão Preto: Ed. Instituto Glia, 2010.

AZEVEDO, G. A. N. et al. **Do espaço escolar ao território educativo**: o lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade do Rio de Janeiro. Natal: Projetar, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009. **Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009**. Disponível em: http://www.mds.gov.br/suas/noticias/resolucao_no_109_-_servico_de_protecao_e_atendimento_especializado_a_familias_e_individuos_-_paefi.pdf.> Acesso em: 09 mai. 2017.

BRASIL. República Federativa do Brasil. Legislação de Estágio, 2008. **Lei Complementar nº 11788 de 25 de setembro de 2008**. Disponível em: http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/menu/acesso_informacao/servidores/estagios/3-LEGISLACAO-DE-ESTAGIO.pdf> Acesso em: 10 mai. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2005. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>> Acesso em: 11 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2013. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional, 2001. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_lei10172.pdf> Acesso em: 13 dez. 2018

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/> Acesso em: 13 dez. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome, 2004. **Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004**. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/decreto/Decreto_no_5209_de_17.09.2004-1.pdf>. Acesso em 10 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome, 2015. **Manual de Gestão do Programa Bolsa Família**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>> Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Ministério da Cidadania - Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2004. **Proteção Especial Social de Média e Alta Complexidade**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/mds-pra-voce/carta-de-servicos/gestor/assistencia-social/protecao-social-especial>> Acesso em: 15 set. 2018.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Lei nº 8.742, de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Lei Orgânica da Assistência Social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm> Acesso em: 19 nov. 2018

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social-NOB/SUAS. Disponível em: <<https://www.sigas.pe.gov.br/files/10152015094600-norma.operacional.do.suas.nobsuas.2012.resolucao.cnas.no.33.de.12.de.dezembro.de.2012.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Conselho Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004**. Disponível em: <<http://www.diariodasleis.com.br/busca/exibmlink.php?numlink=1-140-34-2004-10-15-145>> Acesso em: 16 mai. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Conselho Nacional de Assistência Social, 2004. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS, Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf> Acesso em: 16 mai. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS**. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Norma%20Operacional%20Basica%20de%20Recursos%20Humanos%20do%20SUAS%20NOB-RH%20SUAS.PDF>> Acesso em 14 de mai. 2018.

BRASIL. **Caderno de Orientações da Vigilância Socioassistencial**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013.

DENALDI, R. Assentamentos Precários: identificação, caracterização e tipologias de intervenção. In: DENALDI, R.; SANTA ROSA, J. **Planos Locais de Habitação de Interesse Social**. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

ELIAS, D. **Globalização e Agricultura**: a região de Ribeirão Preto-SP. São Paulo: Edusp, 2013.

ELIAS, D. **Globalização e Economia**: a região de Ribeirão Preto-SP. São Paulo: Edusp, 2003.

FERNANDES, M. E; ADAS, S. A produção da subcidadania no processo de (dês)organização da cidade corporativa. In: FERNANDES, M. E. (Coord) **A cidade e seus limites**: as contradições do urbano na Califórnia Brasileira. Ribeirão Preto: Annablume; Fapesp, 2004.

FERNANDES, M. E. **A cidade e seus limites**: as contradições do urbano na “Califórnia brasileira”. Ribeirão Preto: Annablume, UNAERP, 2004.

FERRARO JUNIOR, L. A. MAPPEA: Mínima Aproximação Prévia para elaboração de Programas de Educação Ambiental. In: **Ministério do Meio Ambiente. Mapeamentos, Diagnósticos e intervenções Participativos no Socioambiente**. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2007.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

SÃO PAULO. Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do estado de São Paulo. **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/>> Acesso em: 09 mai. 2018.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, Mar./Abr. 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Censo Agropecuário, 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017>. Acesso em: 13 jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisas.php>> Acesso em: 13 jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Indicadores Sociais – Educação e Trabalho, 2010**. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisas.php>> Acesso em: 13 jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, 2017.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ribeirao-preto/pesquisa/40/30277>> Acesso em: 16 jun. 2018.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** 4ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.

MELLO, M. C. D. **O bóia-fria:** acumulação em miséria. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

RIBEIRÃO PRETO. Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. **COHAB-RP.** Disponível em: <<http://ribeiraopreto.sp.gov.br/cohab/j087aptoPrograma.htm>> Acesso em: 15 jul. 2018.

RIBEIRÃO PRETO. Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto Legislação Municipal. **Lei Complementar nº 943 de 26 de novembro de 1999.** Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/J321/pesquisa.xhtml;jsessionid=e48ccbf88ffb8a7eb3ba1a3d438e?leiImpressao=2917>> Acesso em 17 de jul. 2018.

RIBEIRÃO PRETO. Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto Legislação Municipal. **Lei Complementar nº 1028 de 06 de junho de 2000.** Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/J321/pesquisa.xhtml?lei=34274>> Acesso em 17 de jul. 2018.

RIBEIRÃO PRETO. Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. **Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública - 2012.** Disponível em: <<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/splan/i28principal.php>> Acesso em 08 de jun. 2018.

RODRIGUES, A. M. A cidade como direito. **IX Colóquio Internacional de Geocrítica.** Anais [...] Porto Alegre: UFRGS, 2007.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

SANTOS, M. **Metrópole Corporativa Fragmentada:** o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel; Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, M. Território e Dinheiro. In: **Território e Territórios**. Niterói: Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGeo-UFF/AGB, 2002.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SÃO PAULO. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, 2017. **Informações dos Municípios Paulistas**. Disponível em: <<http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/>> Acesso em: 20 jun. 2018.

SÃO PAULO. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, 2017. **Perfil dos Municípios Paulistas**. Disponível em: <<http://www.perfil.seade.gov.br/>> Acesso em 20 jun. 2018.

SÃO PAULO. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, 2010. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - 2010**. Disponível em: <<http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/index.php?prodCod=2>> Acesso em 20 jun. 2018.

SÃO PAULO. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, 2014. **Produto Interno Bruto**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/pib-anual/>> Acesso em 20 jun. 2018.

SAQUET, M. **Abordagens e concepções sobre o território**. 3ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**. 57: 77-131, dezembro de 1980. São Paulo: AGB São Paulo, 1980.